

PROJETO A.R.C.A.27

CONCEÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA "ESCOLA-PILOTO"

01.02.2024 - 09.03.2024

COMUNIDADES DE APRENDIZAGEM



COMUNIDADES DE APRENDIZAGEM

“Comunidades de Aprendizagem

O futuro é Hoje”

27 de setembro 2023

GRUPO DE TRABALHO
A.R.C.A.27



Sumário Executivo

Apresenta-se neste documento a proposta de Conceção e Desenvolvimento da “Escola Piloto” - Comunidades de Aprendizagem (Projeto ARCA.27), com perfil de escola não agrupada e contrato de autonomia ao abrigo do DL 75/2008, de 22 de Abril, com a redação dada pelo DL 137/2012, de 2 de Julho, e demais legislação aplicável. O nome da escola é provisório, pois o nome "definitivo" será uma escolha conjunta, realizada com os pais, tutores, tutorandos (estudantes) e restante comunidade (incluindo entidades públicas, Câmaras Municipais, Direções Gerais e Ministério), na perspetiva do desenvolvimento do Projeto Educativo final, para começar o mais tardar dia 1 de Outubro de 2024.

O projeto surge em resposta ao repto lançado por S. Exa o Senhor Secretario de Estado da Educação, “desafiem-me!”, aquando da Conferência “O Futuro é hoje: Comunidades de Aprendizagem”, realizado em 27 de Setembro de 2023 nas Caldas da Rainha, predispondo-se à análise de propostas de educação em linha com o Perfil do Aluno à Saída do Ensino Obrigatório (PASEO) e das Aprendizagens Essenciais (AE), Mais de 70 pessoas entre encarregados de educação, pessoal docente, pessoas ligadas a atividades escolares, formadores, estudantes e pessoas interessadas, de vários municípios, contribuíram, num trabalho coletivo espontâneo, para a idealização da Escola Piloto e para este documento.

A “Escola Piloto” contribui para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4.7, *“Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, (...) e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.”*

A “Escola Piloto” insere-se no conceito de Cidades Inteligentes nomeadamente a nível de Capital humano ao ser o consubstanciar de uma *“estratégia para o desenvolvimento pessoal e profissional dos habitantes, com foco na promoção de educação de qualidade e seu repertório científico e cultural”* e ao nível da coesão social, bem como ao nível da qualidade de vida, nomeadamente ambiental e social, ao ser uma iniciativa de desenvolvimento comunitário, acessível a todos e para todos.

Com efeito, a “Escola Piloto” desenvolve-se como um modelo de organização que parte de um mapeamento da sua envolvente próxima e ao município onde se insere, com a identificação clara de todos os intervenientes: parceiros âncora – a autarquia e os agrupamentos escolares - e parceiros estratégicos - a academia, outras entidades da administração pública, entidades do setor privado, associativo, cooperativo e empresarial, para nela se integrar e interagir. No futuro, e após lições aprendidas, perspectiva-se o alargamento do conceito não só a toda a região onde se localiza a escola, como também a outras regiões, com o apoio à criação de mais escolas piloto no país, aproveitando igualmente os vários projetos que estão a acontecer a nível nacional.

O Projeto da “Escola Piloto” assume-se como o primeiro passo para a construção de uma importante comunidade de aprendizagem, integrada no sistema de educação público e em íntima ligação com a região que integra. Não se trata de uma revolução ou de uma inovação totalmente pioneira, o projeto bebe da experiência de escolas em vários pontos do mundo (incluindo Portugal), que trabalham em comunidade de aprendizagem e apresentam importantes resultados, provando que este é o caminho. Este projeto só avançará se a vontade de todos os envolvidos for efetivamente de proporcionar uma nova oferta educativa, com a devida autonomia e autonomia pedagógica, com critérios claros que definem o perfil dos profissionais que integrarão o mesmo e toda uma abordagem diferenciada - que ao longo deste documento se perceberá.

Na “Escola Piloto” o foco incide na relação da pessoa que aprende com a comunidade escolar e com o contexto que gera oportunidades de aprendizagem. De modo participativo foram definidos os seguintes valores para a Escola: Abundância, Adaptabilidade e ousadia, Amor/Afetividade, Autonomia, Empreendedorismo (Cocriação), Erro e Risco, Felicidade, Responsabilidade, Respeito, Solidariedade e Sustentabilidade. A “Escola” abrange todo o ensino básico, e quererá ir mais longe.

O currículo, que se subdivide em várias vertentes, é desenvolvido de acordo com o plano individual de cada aluno, segundo os seus interesses em cada ano (ou menor escala temporal), numa perspetiva interdisciplinar e por projeto(s) indutor(es) da produção de conhecimento, com base nas AE e no PASEO. As AE integram o Currículo Objetivo, que define os conhecimentos e as competências enquadradas por áreas temáticas do saber, que os alunos devem desenvolver e adquirir ao longo da sua escolaridade obrigatória. O Currículo da Subjetividade trabalha as ações e emoções dos jovens, em particular a autonomia e a relação com os outros, indo ao encontro das competências identificadas no PASEO.

Para cada estudante, este currículo respeita a especificidade do seu repertório linguístico e cultural, o seu desenvolvimento intelectual e abordagem predominante, bem como o seu ritmo de aprendizagem. O Currículo da Comunidade e Sustentabilidade é direcionado para a integração na sociedade, a valorização da comunidade e dirigido para a preservação e evolução da vida planetária. Isto é, o processo de auto-conhecimento harmoniza-se com necessidades e problemas da sociedade contemporânea e do planeta. O projeto curricular de cada aluno compreende ainda a dimensão tecnológica, entendida numa perspetiva eminentemente transversal e instrumental, e o domínio afetivo e emocional.

A "Escola Piloto" compõe-se de núcleos de aprendizagem que integram educadores mais vocacionados, pela sua formação e experiência profissional, para apoiar e orientar, numa perspectiva de acrescida especialização, o percurso de aprendizagem dos alunos em cada uma das dimensões curriculares fundamentais. O acompanhamento permanente e individualizado do percurso curricular de cada aluno caberá a um tutor designado com o acordo entre ambas as partes, de modo a potenciar a empatia propícia às aprendizagens. Com a orientação do tutor, cada estudante desenvolve o plano de aprendizagem, o planeamento diário/semanal, com a gestão do tempo, espaços e conteúdos a cumprir, que são identificadas e enquadradas pelo tutor com os objetivos do PASEO e das AE. As aprendizagens dos alunos acontecem em diferentes espaços da cidade e arredores, consoante os projetos em desenvolvimento, nos estabelecimentos dos seus parceiros-estratégicos para fomentar o sentido de comunidade, permitindo também uma boa gestão dos roteiros de aprendizagem. Os agentes de educação (equipas e educadores-mediadores) nos vários espaços são co-responsáveis pelo desenvolvimento e aprendizagem de cada estudante em cuja implementação do plano de aprendizagem participam. A avaliação das aprendizagens é baseada na auto-avaliação, na avaliação formativa e formadora de um modo contínuo e sistemático e pontualmente na avaliação sumativa.

A "Escola Piloto" é gerida de acordo com a lei e haverá uma Assembleia de Escola onde são tomadas as decisões, por consenso, que dizem respeito à organização e funcionamento da comunidade de aprendizagem. A Assembleia de Escola é constituída por estudantes, tutores, mediadores (incluindo pessoal auxiliar de acção educativa) e encarregados de educação, garantindo a participação democrática e assegurando maior eficácia na execução das decisões. Será também estabelecida uma estrutura permanente de acompanhamento e monitorização constituída com elementos da: Assembleia de Escola, parceiros estratégicos e mediadores, representantes dos conselhos pedagógicos dos agrupamentos e representante do Conselho Municipal de Educação, que não represente agrupamentos de escolas. Serão feitas avaliações internas regulares focadas na qualidade das aprendizagens realizadas por estudantes e a sua satisfação, a satisfação dos profissionais, dos encarregados de educação e da comunidade, o funcionamento da instituição. As avaliações externas estão definidas na legislação.

Propõe-se um contrato de autonomia que vigore no período de 9 anos de implementação, para que desta forma possamos dar resposta a todas as manifestações de interesse diretas - mais de 45 crianças e jovens, mais de 70 famílias interessadas que manifestaram interesse e apoio ao projeto, quase 140 pessoas envolvidas. O período de execução garante um projeto sustentável - pedagógica, operacional e financeiramente - um projeto que tem a garantia de continuidade das aprendizagens, renovando-se a cada 3 anos, e de acordo com uma avaliação qualitativa da prestação de serviços da escola.

Índice

Sumário Executivo	I
Preâmbulo	3
Diagnóstico da Realidade Educacional	8
Como Somos	11
Objetivos	12
Enquadramento Legal, Princípios de Ação e Organização	13
Enquadramento Legal	13
Princípios de Ação e Organização	14
Valores e Princípios do Projeto	16
Como fazemos	19
Desenvolvimento Curricular integrado com as AE	20
Plano de Ação e Prática Pedagógica	26
Articulação com os Valores e Princípios definidos no PASEO.....	30
Organização da Vida Escolar	32
Agentes Educativos e Espaços de Aprendizagem	34
Agentes Educativos	35
Espaços de Aprendizagem	38
Núcleos de Aprendizagem	39
Trabalho de Projeto	44
Tutoria	45
Reorganização dos Tempos de Aprendizagem	48
Planos ou Roteiros de Aprendizagem	49
Assembleia de Escola	49
Avaliação do Processo de Aprendizagem	50
Formação Profissional	53
Como funcionamos	54
Modelo de organização	57
Parceiros Âncora	58
Parceiros Estratégicos	59
Modelo de organização da Escola-Piloto e Mapeamento dos Parceiros	60
Contrato de Autonomia	62
Análise Estatística	72
Manifestações de Interesse	73
Análise de Dados	74
Conclusões	78
Bibliografia	81
Glossário	85
Carta dos Pais e/ou Encarregados de Educação	90







Preâmbulo

Na procura por autonomia e independência, conceitos tão valorizados nas últimas décadas na Europa, a maioria parece ter perdido o sentido de pertença à sua comunidade próxima. Vários estudos sociológicos corroboram a perda de comunidade territorial devido à urbanização da sociedade, onde o individualismo, a alienação e as baixas condições de vida se impuseram, levando a uma diminuição de identificação com o bairro e enfraquecimento dos laços afetivos entre vizinhos (Bateman, Driskell & Lyon, 2002). No entanto, segundo Lyon & Driskell (2013, pp.11-12), o apego à comunidade local é uma variável multidimensional, com motivações distintas, que os movimentos pendulares de deslocação para o trabalho, escola, etc. não conseguiram quebrar totalmente, pois a maioria da população ainda se identifica, até certa medida, com o seu bairro e/ou local de residência, especialmente aqueles que o definem como uma rede de interações sociais e relações pessoais.

Apesar das famílias se separarem, porque são obrigadas a dar resposta a todas as exigências que o atual modelo social traz, dos vizinhos serem muitas vezes desconhecidos, de o brincar na rua do bairro ter deixado de ser uma zona segura assumindo-se, com isto, o sair à rua como um acto iminente de solitude e risco, os laços comunitários ainda existem e devem ser recuperados e reforçados eminentemente, com propostas que valorizem a interajuda, a conexão e o sentimento de pertença, mais ainda quando o sentido de comunidade e a satisfação com a vida estão positivamente relacionados (Gonçalves, A., 2009). Gonçalves (2009, p.43) refere a existência de uma *"relação individual com uma estrutura social escolhida com base em valores e características comuns"*, que pode fornecer *"provisões face às vicissitudes que o indivíduo encontra diariamente e que dificilmente conseguiria obter de relações íntimas que se encontram geograficamente mais distantes"*.

À medida que o mundo se torna cada vez mais interligado e globalizado, surge a necessidade de abordar os desafios socioeconómicos e ambientais de maneira holística, considerando as particularidades e necessidades específicas de cada localidade, isto é, valorizando propostas de localização: *"Entendo por localização o conjunto de iniciativas que visam criar ou manter espaços de sociabilidade de pequena escala, comunitários, assentes em relações face-a-face, orientados para a autossustentabilidade e regidos por lógicas cooperativas e participativas"* (Santos, 2001, p. 77).

São urgentes propostas que valorizem a interajuda, a conexão e o sentimento de pertença à comunidade local.



Esta perspetiva assume uma visão de responsabilidade global, que assenta no compromisso pela inclusão de todos, pelo desenvolvimento social, intercultural, etc.

Uma vez que o desenvolvimento comunitário busca manter uma articulação de interdependência e complementaridade com as premissas endógenas e territoriais no espaço em que se insere, é possível sublinhar a intrínseca importância de valorizar e preservar as especificidades culturais e territoriais das comunidades locais, mantendo *"uma subtil e renovada preocupação pela manutenção ou invenção da identidade local e concomitantes actividades simbólicas e físicas, no interface com os outros"* (Ramos, 2001, p. 70).

Não obstante, ressalva-se a necessidade de abertura social para a contradição humana de se querer ser localmente, desejando-se ao mesmo tempo ser de todo o lado, ou seja, que se dê espaço para o ser multi comunidades, indo da local à planetária e intergaláctica, sem que um sentido de pertença exclua obrigatoriamente o outro. Esta perspetiva assume uma visão de responsabilidade global, que assenta no compromisso pela inclusão de todos, pelo desenvolvimento social, intercultural, etc.

Para Ramos (2001, p. 66), a interculturalidade mais presente nos nossos dias, tendo por os seus fundamentos (cognitivo; normativo; afetivo; comportamental e estruturante), faz com que cada indivíduo possa pertencer a várias culturas, sem que essa pertença destrua a vinculação à identidade comunitária. Até porque, *"quase ninguém tem apenas uma identidade. Ninguém é só muçulmano, ou só italiano, ou só capitalista; mas, de vez em quando, aparece um credo fanático que insiste que as pessoas devem acreditar numa só história e ter apenas uma identidade. (...) Posso ser um italiano leal com obrigações especiais para com a nação italiana e, ainda assim, ter outras identidades. Também posso ser socialista, católico, marido, pai, cientista e vegetariano, e cada uma destas identidades implica obrigações adicionais. Por vezes, várias das minhas obrigações puxam-me em sentidos diferentes, e algumas das minhas obrigações entram em conflito umas com as outras. Enfim, quem disse que a vida era simples?"* (Harari, Y., 2018, pp.335-336).

De acordo com Delors (1996, p.11), *"a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais de paz, da liberdade e da justiça social"*, assim como para o desenvolvimento contínuo das pessoas e sociedades.



O conceito de Inovação Pedagógica é muito complexo, fazendo cruzar as mais variadas lógicas e saberes que atuam nos processos de aprendizagem e influenciam os resultados escolares. Desta forma, é urgente largar os tradicionais ensinamentos para uma oferta onde o aluno é o centro do processo, como elemento que conduz a sua aprendizagem sob orientação tutorial, toma decisões, projeta as suas intenções e curiosidades, programa e desenvolve o seu trabalho estabelecendo parcerias comunitárias (cocriação), trabalha em equipa e partilha os saberes com os seus pares, analisa as decisões e reflete as opiniões, sendo, o próprio, o principal agente do seu desenvolvimento, construtor do seu crescimento pleno. Os Tutores, professores e/ou orientadores inovadores tentam *"provocar um máximo de aprendizagem com um mínimo de ensino"* (Papert, Seymour; *The Children's Machine-1993*), o que pressupõe a criação de contextos *"ricos em nutrientes cognitivos"* (Papert, Seymour; *Mindstorms: children, computers, and powerful ideas* - 1980). Os desafios encontrados podem e devem ser refletidos e trabalhados através desta pedagogia inovadora, seguindo as linhas orientadoras do Ministério da Educação, contempladas em documentos como: Lei de Bases do Sistema Educativo; Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória; Aprendizagens Essenciais; Educação Inclusiva (DL 54/2018); Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular (DL 55/2018) e Referencial para a Inovação Pedagógica nas Escolas.

Desafiem-nos!

Foi então que, na procura de uma escola diferente, alguns pais se juntaram e, com outros elementos da Comunidade das Caldas da Rainha, organizaram um encontro de educação intitulado “O Futuro é Hoje: Comunidades de Educação”, com a participação do Secretário de Estado da Educação, António Leite. Um pai perguntou ao Prof. José Pacheco: o que vamos fazer e como vamos fazer, e o professor respondeu: “pois bem, tenho uma proposta a fazer-vos!”, e tudo se desenrolou no verão de 2023, dando-se o primeiro passo à entrada do outono.

A partir do dia 27 de setembro de 2023, com aquele encontro organizado por um grupo de pessoas que abraçaram a causa, tudo se desencadeou. Iniciou-se assim um “movimento” nas Caldas da Rainha, que entretanto alargou a sua ação a outros concelhos. Tudo começou nesse tempo e nesse local, no Centro Cultural das Caldas, espaço esse onde António Leite, Secretário de Estado da Educação, desafiou um outro pai, que em representação dos mesmos, abordou a vontade e necessidade de uma escola diferente. E ele, António Leite, disse: Desafiem-nos!





**Diagnóstico da
Realidade
Educativa**

Por Rosa&Quaresma

Apesar de todas as importantes mudanças ocorridas desde o 25 de abril de 1974 e, portanto, da enorme evolução que o sistema educativo português sofreu desde então, a escola que continuamos a ter é herdeira do velho paradigma escolar do século XIX.

Chegamos facilmente a essa conclusão se pensarmos no modo uniformizado como a esmagadora maioria das escolas é concebida e organizada: salas de aula preparadas para receber uma única turma, horários com um tempo determinado para cada disciplina, intervalos padronizados entre cada aula e toques de campainha que “chamam” para o trabalho... ou “autorizam” o descanso e a mudança de “turno”, como nas velhas fábricas da sociedade industrial. Se a esta realidade associarmos os anos de escolaridade, os currículos concebidos por disciplina e com caráter mais ou menos prescritivo, o modo como os alunos são organizados (em turmas e anos de escolaridade) e, finalmente, a burocracia existente (muita dela produzida pelas próprias escolas), constatamos que as mudanças de fundo (de paradigma) continuam por fazer.

Do mesmo modo que podemos afirmar que foi esse paradigma escolar (a chamada “gramática da escola”) que conseguiu tirar do analfabetismo e da iliteracia milhões de seres humanos, também podemos dizer, com toda a propriedade, que esse modo de entender o ensino e a aprendizagem é totalmente desadequado para as características da sociedade do século XXI.

Se praticamente tudo muda e evolui à nossa volta, porque motivo o paradigma escolar continua a ser muito idêntico ao que existia há quase 300 anos atrás? – poder-se-á perguntar, com toda a pertinência.



Se praticamente tudo muda e evolui à nossa volta, porque motivo o paradigma escolar continua a ser muito idêntico ao que existia há quase 300 anos atrás?



A resposta a esta inquietação só pode ser encontrada se tivermos a capacidade de pensar “fora da caixa” o que a sociedade construiu para a escola. Por isso, subscrevemos a análise feita pelos Jesuítas (os responsáveis pela criação do atual modelo escolar), no contexto da importante reforma educativa iniciada por eles na Catalunha, em 2014: *“Necessitamos repensar a organização e a abordagem da ação educativa e do acompanhamento do aluno (...). Este salto para a frente é radical, quer dizer, tem de reformular sem limitações tudo o que há a mudar e criar, ao mesmo tempo, um novo contexto para avançar numa educação diferente. Por isso, encontramos-nos perante o que é conhecido como inovação disruptiva”* (Aragay, Xavier et al, 2015. Transformando la educación, caderno 1, p.25. Barcelona: Jesuítas Educação).

Desconstruir a realidade vigente do paradigma escolar é, portanto, um trabalho necessário e imprescindível, não para ser feito em forma de revolução, mas para se assumir como uma mudança disruptiva realizada de modo consciente, preparando um novo futuro, sustentável e de sucesso. Esse é, para nós, um dos principais desafios que a sociedade atual tem pela frente, pois o conhecimento, a aprendizagem e a inovação significativa são a força impulsionadora da sociedade do século XXI.



Como Somos

Na constatação destes desafios e na vontade de fazer parte da solução, nasce a 27 de setembro de 2023 o Projeto ARCA.27- Projeto de Concepção e Desenvolvimento da “Escola-Piloto” - Comunidades de Aprendizagem, com perfil de escola não agrupada e contrato de autonomia ao abrigo do DL 75/2008, de 22 de Abril, com a redação dada pelo DL 137/2012, de 2 de Julho, e demais legislação aplicável, cujo nome é provisório, pois o "definitivo" será uma escolha conjunta, realizada com os pais, tutores, tutorandos (alunos) e restante comunidade (incluindo o Ministério da Educação), na perspetiva do desenvolvimento do Projeto Educativo.

A Escola arranca, em 2024, com alunos provenientes dos convencionais 1º ciclo, 2º ciclo e 3º ciclo, alargando aos alunos do pré-escolar, com a possibilidade de vir a incluir os alunos do secundário. Estes alunos integrarão os quatro núcleos de aprendizagem: iniciação, desenvolvimento, progressão e aprofundamento, de acordo com o seu ritmo e sequência curricular (ver Figura 1).



Figura 1: Sequência nos Núcleos de Aprendizagem

Objetivos

A Escola-Piloto, tem como propósito transformar a realidade de crianças e adolescentes no seu concelho e regiões envolventes, através de atividades educativas nas áreas da Cultura, Sociedade, Ciências e Saúde e o desenvolvimento de projetos integrados com parceiros da comunidade, de forma a dar resposta às linhas orientadoras do Ministério da Educação.

Consequentemente, pretende formar cidadãos conscientes das suas capacidades e construir coletivamente uma sociedade mais justa, equilibrada e sustentável. Acreditamos que uma prática educacional acolhedora e participativa possibilita a todas as pessoas o alcance à felicidade e sabedoria. Baseados na Declaração Universal dos Direitos da Criança e no Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO), procuramos promover o crescimento do aluno em todos os aspectos - físico, intelectual, social e emocional - para que ele possa intervir, atuar e transformar o seu meio, de forma ética, na perspetiva do desenvolvimento sustentável do ser humano, da comunidade e meio ambiente em que se integra.

A Escola-Piloto, aborda o desenvolvimento do aluno na perspetiva pessoal, social e comunitária, promovendo um sujeito enraizado na comunidade, com a capacidade de criar e transformar a realidade circundante - um sujeito que é protagonista das ações transformadoras na comunidade (Freire, 2021). Com o intuito de fazer cumprir este nosso propósito, atuamos na área da educação através da criação da Escola-Piloto, que inclui o designado ensino básico (e alargado) e oficinas regulares temáticas.



Enquadramento Legal:

Princípios de Ação e Organização

A Escola-Piloto é uma escola não agrupada, com contrato de autonomia, uma escola independente, inovadora, intercultural e intergeracional, com o envolvimento e dinâmicas dos Agrupamentos de Escolas do concelho onde se insere e dos concelhos limítrofes, assim como o(s) respetivo(s) município(s), na medida que entenderem e lhes for possível, atuando como parceiros-âncora. Esta escola conta também com parceiros-estratégicos, onde as aprendizagens são desenvolvidas através de projetos comuns, num modelo de oficinas regulares temáticas.

Enquadramento Legal

No que concerne a autonomia escolar, com efeito, o DL 75/2008 estabelece que:

Artigo 56º:

1. A autonomia dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas desenvolve-se e aprofunda-se com base na sua iniciativa e segundo um processo ao longo do qual lhe podem ser reconhecidos diferentes níveis de competência e de responsabilidade, de acordo com a capacidade demonstrada para assegurar o respectivo exercício.

2. Os níveis de competência e de responsabilidade a atribuir são objeto de negociação entre a escola, o Ministério da Educação e a Câmara Municipal, mediante a participação dos conselhos municipais de educação, podendo conduzir à celebração de um contrato de autonomia.

Artigo 57º:

3. Constituem requisitos para a apresentação de propostas de contratos de autonomia:

- a) Um projeto educativo contextualizado, consistente e fundamentado;
- b) A conclusão do procedimento de avaliação externa nos termos da lei e demais normas regulamentares aplicáveis.



Artigo 58º:

2. A extensão das competências a transferir depende do resultado da negociação referida no n.º 2 do artigo 56.º, tendo por base a proposta apresentada pelo agrupamento de escolas ou escola não agrupada e a avaliação realizada pela administração educativa sobre a capacidade do agrupamento de escolas ou escola não agrupada para o seu exercício.

3. Na renovação dos contratos de autonomia, para além do previsto no número anterior, deve avaliar-se, em especial:

- a) O grau de cumprimento dos objectivos constantes do projecto educativo;
- b) O grau de cumprimento dos planos de atividades e dos objetivos do contrato.
- c) A evolução dos resultados escolares e do abandono escolar.

4 - Na sequência de avaliação externa ou de acção inspectiva que comprovem o incumprimento do contrato de autonomia ou manifesto prejuízo para o serviço público, pode, por despacho fundamentado do membro do Governo responsável pela área da educação, determinar-se a suspensão, total ou parcial, desse contrato ou ainda a sua anulação, com a consequente reversão para a administração educativa de parte ou da totalidade das competências atribuídas.

Princípios de Ação e Organização

Uma escola com estas características tem princípios muito claros quanto à sua ação e organização, conforme Rosa & Quaresma (2018, pp.5-6):

Ação Pública

A Escola-Piloto parte de uma ação pública que respeita o conteúdo da Constituição da República Portuguesa e a Lei de Bases do Sistema Educativo, organizando-se de modo a: garantir o direito à educação e à cultura; defender a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso educativos; promover a educação integral e o respeito por todos os seres humanos; construir ativamente, com estudantes, encarregados de educação e a comunidade, o processo educativo numa perspetiva de comunidade de aprendizagem.

Gestão Autónoma

A Escola-Piloto é gerida de forma autónoma, democrática e colegial, prevalecendo na sua administração e gestão critérios de natureza pedagógica e científica sobre critérios de natureza administrativa e burocrática.

Pólo Aglutinador

A Escola-Piloto funciona como um pólo aglutinador de uma comunidade de aprendizagem, tendo autonomia pedagógica e administrativa, apesar da sua existência ser facilitada pela Câmara Municipal e por um (ou vários) Agrupamento(s) de Escolas do concelho onde se integra.

Ação Consultiva

A Escola-Piloto dispõe de um Conselho Consultivo, com o propósito de apresentar propostas e soluções para a dinâmica da escola, não tendo no entanto carácter deliberativo. É constituído pelos parceiros do projeto.

Participação Alargada

A Escola-Piloto desenvolve-se como um modelo de organização que parte de um mapeamento da envolvente próxima à Escola Piloto e ao seu Concelho, com a identificação clara de todos os intervenientes: parceiros âncora - o município e os agrupamentos escolares; parceiros estratégicos - a academia, outras entidades da administração pública, entidades do setor privado, associativo, cooperativo e empresarial, tendo em vista o seu futuro alargamento a toda a região e regiões limítrofes e, numa outra fase, a criação de vários pólos nesta região.



Valores e Princípios do Projeto

Com o contributo de todos os elementos da ARCA.27, definiram-se os seguintes valores e princípios:

Abundância: refere-se à capacidade de criação de riqueza (social e natural), num modelo descentralizado de colaboração que promove o bem-estar, a saúde e o ambiente sadio e contribui para o desenvolvimento pessoal, para a capacidade das comunidades construírem uma sociedade justa e ecologicamente sustentável. A abundância foca-se na disponibilidade e na possibilidade ilimitada, garantindo recursos e riqueza para as gerações futuras.

Adaptabilidade e ousadia: entende-se como sendo a adaptação a novos contextos e novas estruturas, mobilizando as competências, mas também estando preparado para atualizar conhecimento e desempenhar novas funções.

Amor/Afetividade: de acordo com o artigo 6º da Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959), esta *"precisa de amor e compreensão para o pleno e harmonioso desenvolvimento da sua personalidade. Na medida do possível, deverá crescer com os cuidados e sob a responsabilidade dos seus pais e, em qualquer caso, num ambiente de afecto e segurança moral e material"*.

O Amor surge então como a base para a construção de um projeto educativo que gera o desejo de estar e de aprender, através do desenvolvimento de relações de segurança, conforto e empatia, potenciando a criação de um equilíbrio interior, que permita às crianças e jovens sentirem felicidade em cada espaço de aprendizagem.

Responsabilidade

Respeito

Empreendedorismo
(Cocriação)

Autonomia

Abundância

Sustentabilidade



Afetividade

Amor

Felicidade

Solidariedade

Erro e Risco

Adaptabilidade

Ousadia

Autonomia: valor constitutivo da pessoa humana, implica capacidade de coordenação de diferentes perspectivas sociais, através da interiorização das normas coletivamente definidas e tomada de decisões de ação em consequência de escolhas. Propicia o crescimento conjunto, fundamentado nas necessidades individuais, interesses e desejos que garantam a participação social, distinguindo-se por isso da autossuficiência.

A autonomia assume-se como uma construção coletiva aliada à responsabilidade; em que se possui a capacidade para decidir sobre aquilo que se julga ser o melhor, sem que a autonomia seja entendida como direito absoluto: os seus limites são dados pelo respeito à dignidade e à liberdade dos outros e da coletividade;

Empreendedorismo (Cocriação): implica o desenvolvimento de ações de caráter integrativo e de cocriação, não somente na interdisciplinaridade de saberes e na transversalidade de grupos de trabalho, mas também na integração da comunidade onde se inserem. A cocriação promove a inclusão de todos, estimulando a troca de saberes transgeracional e multicultural e fomenta a partilha de projetos conferindo propósito ao fazer em comunidade, na sua construção social diária; na resolução de problemas; no encontro de soluções; na promoção de atividade de valorização territorial e social.

Erro e Risco: é importante uma educação que, *"em lugar de procurar negar o risco, estimule mulheres e homens a assumi-lo. É assumindo o risco, sua inevitabilidade, que me preparo ou me torno apto a assumir este risco que me desafia e a que devo responder. É fundamental que eu saiba não haver existência humana sem risco, de maior ou de menor perigo."* (Freire, 2000, p. 16) Assim, considera-se fundamental poder errar, saber aceitar o erro e não ter receio de correr riscos.

O Amor, base deste projeto educativo, gera o desejo de estar e de aprender pelo envolvimento em relações de segurança, conforto e empatia, potenciando o equilíbrio interior necessário ao florescer da felicidade.

Felicidade: a felicidade é um estado emocional caracterizado por sentimentos de alegria, satisfação, contentamento e realização. Embora seja um conceito universalmente perseguido, a felicidade é subjetiva e varia significativamente entre indivíduos e culturas. Relaciona-se com a realização do próprio potencial e o envolvimento em atividades significativas. Envolve a autorrealização e o viver de acordo com os valores pessoais.

Responsabilidade: mais do que um princípio é um valor ético em virtude do qual se reconhece e assume a responsabilidade para com os outros, aprimorando a atenção, o cuidado e o compromisso, em prol de uma comunidade, seja a comunidade próxima ou a comunidade alargada de âmbito mundial e global.

Respeito: assume-se como um valor essencial na construção pessoal e social. O exercício deste valor pressupõe o autoconhecimento, respeitando a sua individualidade como base de crescimento, assim como o acolher das diferenças e o desenvolvimento da escuta empática que permita refletir, aceitar e integrar. Abraçar a diversidade é um princípio básico e fundamental para a construção de comunidade assente em relações de convivência saudáveis;

Solidariedade: mais do que um objetivo ético a ser atingido, é uma condição para a construção de um mundo pacífico e igualitário, que só existirá quando a fraternidade for compartilhada. Por isso, relaciona-se intrinsecamente com a justiça e os direitos essenciais que pressupõem as relações em sociedade;

Sustentabilidade: a consciência individual e de grupo sobre a sustentabilidade é um dos maiores desafios existenciais do mundo contemporâneo, que através da inovação política, ética e científica, promove relações de sinergia e simbiose duradouras e seguras entre os sistemas social, económico e tecnológico e o Sistema Terra, de cujo frágil e complexo equilíbrio depende a continuidade histórica da civilização humana.



Como Fazemos

DESENVOLVIMENTO CURRICULAR INTEGRADO COM AS APRENDIZAGENS ESSENCIAIS

No desenvolvimento de projetos, com base nas AE e no PASEO, não acontece um consumo acéfalo de currículo, mas antes a produção de conhecimento e de currículo. A partir de sonhos, necessidades e desejos de cada ser humano, e integrando os 4Cs - pensamento crítico, criatividade, comunicação e colaboração, visa-se estimular talentos e cultivar os dons de cada um.

No exercício de autonomia, que a lei e a fundamentação científica lhe conferem, a escola define o tipo de desenvolvimento curricular adequado ao seu projeto, tendo em conta os conteúdos, competências e capacidades do aluno. Cumprindo o DL N° 55/2018, o desenvolvimento do currículo obedece à matriz de princípios, valores e áreas de competências estabelecidos no PASEO, considerando-se fundamental que as principais decisões a nível curricular e pedagógico sejam tomadas pelas escolas, conferindo-lhes autonomia para, em diálogo com os alunos, as famílias e comunidade, dispor de maior flexibilidade na gestão curricular. O DL N° 55/2018 permite, entre outros:

- trabalho interdisciplinar, reforçando e enriquecendo as AE;
- implementação da componente de Cidadania e Desenvolvimento como temática agregadora das diversas ofertas educativas e formativas, fomentando a cidadania ativa, a participação democrática, a partilha intercultural e a cooperação;
- adoção de diferentes formas de organização de trabalho escolar, nomeadamente com a constituição de equipas educativas;
- aposta na dinamização do trabalho de projeto.



Segundo Rosa & Quaresma (2018, p.6)), é essencial garantir a autonomia curricular para, de um modo reflexivo, fundamentado, flexível e adaptado à comunidade local, a escola possa construir o seu currículo através de um trabalho de apropriação feito a partir das grandes linhas orientadoras definidas pelo Ministério da Educação, com especial realce para o PASEO e as AE. Uma vez elaborado, esse trabalho de desenvolvimento curricular passa a ser parte integrante do Projeto de Ação Educativa da escola.

Para Cosme (2018, p.19), as AE consistem num referencial de apoio às decisões curriculares com vista à autonomia e flexibilização do processo de ensino-aprendizagem, propondo *"um conjunto de possibilidades de ação, nomeadamente de natureza interdisciplinar, como uma articulação com aquele perfil [PASEO] que poderão ser entendidas como fonte de inspiração das escolas"*.

As AE integram o Currículo Objetivo, que define os conhecimentos e as competências enquadradas por áreas temáticas do saber, que os alunos devem desenvolver e adquirir ao longo da sua escolaridade obrigatória. Na Escola Piloto o currículo é desenvolvido de acordo com o plano individual de cada aluno, numa perspetiva interdisciplinar e por projeto(s), estando organizado de tal forma que, por exemplo, um jovem de 10 anos pode estar a abordar e a desenvolver competências associadas a um conteúdo previsto nas AE de 8º ano.

As AE podem ser consultadas na seguinte página web: [Aprendizagens Essenciais - Acesso aos documentos](#).

O Currículo da Subjetividade trabalha as ações e emoções dos jovens, em particular a autonomia e a relação com os outros, indo ao encontro das competências identificadas no PASEO. Dado que um ser humano é único e irrepetível, no desenvolvimento do Currículo da Subjetividade é respeitada a especificidade do seu repertório linguístico e cultural, o seu desenvolvimento intelectual e abordagem predominante, bem como o seu ritmo de aprendizagem.

Por seu lado, o Currículo da Comunidade e Sustentabilidade é direcionado para a integração na sociedade, a valorização da comunidade e dirigido para a preservação e evolução da vida planetária (Rosa & Quaresma, 2018).

No Currículo da Subjetividade respeita-se a especificidade linguística e cultural, os estilos de inteligência predominantes e o ritmo de aprendizagem de cada aluno.



A partir de sonhos, necessidades e problemas da população do território de contexto, promove-se a integração comunitária da escola e um desenvolvimento local sustentável. No desenvolvimento do Currículo de Comunidade e Sustentabilidade, o conhecimento produzido no decurso dos projetos é colocado em ação, gerando competências. O processo de autoconhecimento harmoniza-se com necessidades e problemas da sociedade contemporânea e do planeta. Tendo em consideração os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU e as cinco dimensões da sustentabilidade, são desenvolvidas competências socioemocionais, assegurando, a sua transversalidade, e o pleno desenvolvimento pessoal, social e ambiental do ser humano.

Como cada ser humano é único, a experiência de escolarização e o trajeto de desenvolvimento de cada aluno são também únicos. A sua unicidade, como ser em permanente construção, deve ser valorizada com base nos valores do projeto.

As necessidades individuais e específicas de cada aluno devem ser individualmente atendidas, já que as características singulares de cada um implicam formas próprias de apreensão da realidade. Neste sentido, todo o aluno tem necessidades educativas especiais, manifestando-se em formas de aprendizagem sociais e cognitivas diversas.

Prestar atenção ao aluno tal como ele é: reconhecê-lo no que o torna único, recebendo-o na sua complexidade; tentar descobrir e valorizar as suas origens culturais; ajudá-lo a descobrir-se e a ser ele próprio em equilibrada interação com os outros, são atitudes fundadoras do ato educativo e as únicas verdadeiramente indutoras da necessidade e do desejo de aprendizagem. Na sua dupla dimensão individual e social, o percurso educativo de cada aluno supõe um conhecimento cada vez mais aprofundado de si próprio e o relacionamento solidário com os outros. O percurso educativo de cada aluno supõe a apropriação individual do currículo, tutelada e avaliada pelos tutores, alunos, pais e/ou encarregados de educação.



Cada ser humano é único, assim como o seu percurso.

De acordo com Rosa & Quaresma (2018, p.4), aprender conteúdos desligados da vida e de um projeto de ação pessoal ou coletivo criado e sentido por todos os seus intervenientes é promover um conhecimento inerte, sem significado real. Por isso, a aprendizagem tem de respeitar os diferentes contextos, ser significativa (mobilizando os conhecimentos prévios) e dar resposta à transdisciplinaridade (complexidade) do saber. Os conteúdos curriculares devem ser entendidos como um dos meios usados para expressar competências, contribuindo para a obtenção de objetivos de aprendizagem (curriculares) intimamente ligados a cada um dos projetos dos alunos. A concretização desses projetos deve, portanto, fazer parte do processo de aprendizagem, dando um poderoso sentido integrado e integrador ao ato educativo.

A flexibilidade curricular dá abertura para a atualização e a diversificação de formas de produção dos conhecimentos e para o desenvolvimento da autonomia intelectual dos alunos, para atender às novas demandas de uma sociedade em mudança que requer a formação de cidadãos críticos e criativos. Amplia, portanto, a possibilidade de reduzir a rigidez curricular ao favorecer o diálogo entre os diferentes conhecimentos, de forma aberta, flexível e coletiva, numa tentativa de romper as amarras impostas pela organização das matrizes curriculares repletas de pré-requisitos (CMEB).



Articulação Curricular

Para além de articularem permanentemente a sua ação no âmbito dos núcleos de aprendizagem que integram, numa lógica de trabalho horizontal, os educadores devem ainda, numa lógica de trabalho vertical e transversal, articular construtivamente a sua ação com os colegas dos demais núcleos, de forma a garantir a coerência e a qualidade dos percursos de aprendizagem dos alunos, à luz deste projeto político-pedagógico.

A Escola valoriza as dimensões curriculares fundamentais, conforme definidas pela lei, nos documentos das AE. O projeto curricular de cada aluno compreende ainda a dimensão tecnológica, entendida numa perspectiva eminentemente transversal e instrumental, e o domínio afetivo e emocional.

A equipa de cada núcleo de aprendizagem integra educadores mais vocacionados, pela sua formação e experiência profissional, para apoiar e orientar, numa perspectiva de acrescida especialização, o percurso de aprendizagem dos alunos em cada uma das dimensões curriculares fundamentais.



Relevância do Conhecimento e Aprendizagens

Todo o conhecimento verdadeiramente significativo é autoconhecimento, pelo que se impõe que seja construído pela própria pessoa a partir das suas vivências. A aprendizagem é um processo social em que os alunos, heurísticamente, constroem significados a partir da experiência. São valorizadas as aprendizagens significativas, numa perspectiva transdisciplinar e holística do conhecimento, estimulando-se permanentemente a percepção, a caracterização e a solução de problemas, de modo a que o aluno trabalhe conceitos de uma forma consistente e continuada, reelaborando-os em estruturas cognitivas cada vez mais complexas.

É indispensável à concretização de um ensino individualizado e diferenciado, referindo-se a uma mesma plataforma curricular para todos os alunos, mas desenvolvida de modo diverso por cada um, pois todos eles são diferentes. Os conteúdos a apreender deverão estar muito próximos da estrutura cognitiva dos alunos, bem como dos seus interesses e expectativas de conhecimento.

A essencialidade de qualquer saber ou objetivo concreto de aprendizagem deverá ser aferida pela sua relevância para apoiar a aquisição e o desenvolvimento das competências e atitudes verdadeiramente estruturantes da formação do indivíduo; a tradução mecânica e compartimentada dos programas das áreas ou disciplinas curriculares em listas inarticuladas de conteúdos ou objetivos avulsos de aprendizagem, não conduz à valorização dessa essencialidade.

O envolvimento dos alunos em diferentes contextos sócio-educativos e a complementaridade entre situações formais e informais favorecem a identificação de realidades que frequentemente escapam às práticas tradicionais de escolarização e ensino.

A avaliação, como processo regulador das aprendizagens, orienta construtivamente o percurso escolar de cada aluno, permitindo-lhe em cada momento tomar consciência, pela avaliação positiva, do que já sabe e é capaz.

Acompanhar o percurso do aluno na construção do seu projeto de vida, tendo consciência da singularidade que lhe é inerente, impõe uma gestão individualizada do seu percurso de aprendizagem. A diversidade de percursos possíveis deve, no entanto, resguardar o desenvolvimento sustentado do raciocínio lógico matemático e das competências de leitura, interpretação, expressão e comunicação, nas suas diversas vertentes, assim como a progressiva consolidação de todas as atitudes que consubstanciam o perfil do indivíduo desenhado e ambicionado num futuro projeto educativo, sempre em conformidade com as linhas orientadoras definidas no PASEO e nas AE.

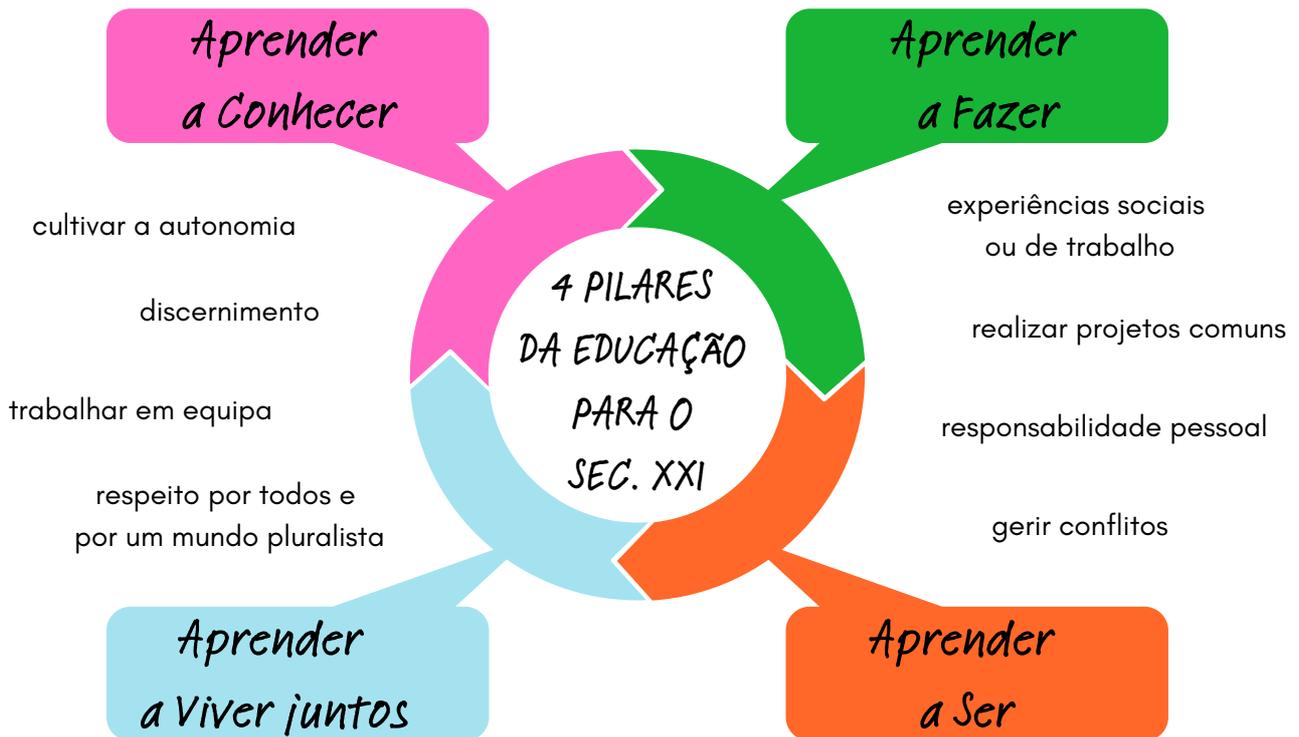


Plano de Ação e Prática Pedagógica

Tanto Delors (1996), como Morin (2000) referem nos seus relatórios financiados pela UNESCO, a importância de um processo de ensino-aprendizagem que prepare o aluno para o mundo, construindo conhecimento pertinente, *"capaz de apreender problemas globais e fundamentais para neles inserir os conhecimentos parciais e locais"* (Morin, E., 2000, p.14). Segundo Morin (Idem), *"a supremacia do conhecimento fragmentado de acordo com as disciplinas impede frequentemente de operar o vínculo entre as partes e a totalidade, e deve ser substituída por um modo de conhecimento capaz de apreender os objetos em seu contexto, sua complexidade, seu conjunto"*.

Delors (1996, pp.101-102) define como os quatro pilares da educação ao longo da vida "Aprender a conhecer", "Aprender a fazer", "Aprender a viver juntos" e "Aprender a ser", onde refere a importância de "aprender a conhecer", adquirindo autonomia para desenvolver as competências necessárias para responder aos inúmeros desafios e trabalhar em equipa; de "aprender a fazer", vivendo experiências sociais ou de trabalho que se podem oferecer às crianças e jovens, quer espontaneamente, fruto do contexto local ou nacional, quer formalmente, graças ao desenvolvimento do ensino alternado com o trabalho; de "aprender a viver juntos", realizando projetos comuns e preparar-se para gerir conflitos, no respeito por todos e por um mundo pluralista; de "aprender a ser", cultivando a autonomia, o discernimento e a responsabilidade pessoal.

Segundo Morin (Idem), é urgente e necessário uma reforma no sistema educativo que deixe de privilegiar a transmissão de conhecimentos ou o paradigma da instrução, e que favoreça outras formas de aprendizagem, pela definição de novas políticas pedagógicas, elevando a educação como um todo. No mesmo sentido, Rosa & Quaresma (2018, p.6) reconhecem como fundamental expressar a diferenciação pedagógica no processo de ensino-aprendizagem. Deste modo, cada educador adapta a sua ação à realidade de cada aluno, respeitando o seu ritmo de aprendizagem e as suas capacidades e interesses específicos, como forma de assegurar as melhores condições para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa, feliz e de sucesso, num ambiente marcado pela amorosidade.



A Escola-Piloto constitui-se como um espaço de crescimento humano, no qual as crianças e os jovens são convidados a vivenciar e experienciar os conhecimentos, as diversas formas de compreender e estar no mundo envolvente. É um local que propicia oportunidades para o desenvolvimento de competências emocionais, sociais e críticas.

Para nós, cada criança é um indivíduo único e deve ser tratado como tal. Não nos interessam as padronizações convencionais de idade, anos, ciclos e/ou género. O que nos importa são os interesses do aluno e as suas necessidades, descobrir e encorajar as suas aptidões e potencialidades, respeitando sempre a sua história e a sua cultura, despertando curiosidades para desenvolver, ao longo da escolaridade, o que é previsto no PASEO. Temos um ideal de educação: aprender sem paredes, no convívio com os outros.

Este tipo de projeto implode a tradicional relação hierárquica entre professor e discípulo, pois aqui o aprender constrói-se em conjunto, na troca de experiências, de ideias, de gostos e de sonhos, assente no paradigma da comunicação, em que o tutor e o aluno assumem o co-protagonismo da educação, numa relação dialógica (Cosme, A., Lima, L., Ferreira, D. & Ferreira, N., 2021, p.22).

Segundo Rosa & Quaresma (2018, p.7), é urgente promover a autorregulação da aprendizagem, de modo progressivo e continuado, através do trabalho autónomo do aluno e do desenvolvimento da sua criatividade. Logo que a autonomia do aluno o permita, ele deverá desenvolver o seu trabalho através da metodologia de Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP), com integração transdisciplinar.

Assim, temos como objetivo o desenvolvimento da autonomia - a do aluno e a dos educadores - e o desenvolvimento de competências interpessoais, tais como as definidas por Rosa & Quaresma (2018, p.7):

- Gestão da informação (selecionar, absorver, organizar, partilhar, explorar o desconhecido e gerar novos conhecimentos);
- Auto-organização (definir e estruturar objetivos próprios, estabelecer prioridades, gerir o tempo, auto-organização mental);
- Inter e transdisciplinaridade (compreender o interface entre os conhecimentos, sem deixar de aprofundar o conhecimento especializado);
- Criatividade (encontrar soluções novas e apelativas para as situações com que cada ser humano pode ser confrontado);
- Relação pessoal e interpessoal (conhecer-se a si próprio, estar sempre motivado, ser estável e tranquilo, ser cordial, ser social e ter espírito cooperativo);
- Reflexão e avaliação (entender as situações como contextos de aprendizagem, portanto geradoras de conhecimento; refletir; avaliar e avaliar-se; adaptar-se, responder e progredir);
- Gestão do risco (aprender a estar só, ter pensamento de futuro, tomar decisões, gerir a ansiedade e aprender com os erros).



Figura 2: Ecossistema favorável ao percurso do aluno

Neste sentido, esta escola orienta os seus modelos pedagógicos para a valorização da diversidade de métodos e recursos, promovendo o papel ativo dos alunos na construção, mobilização e partilha do conhecimento.

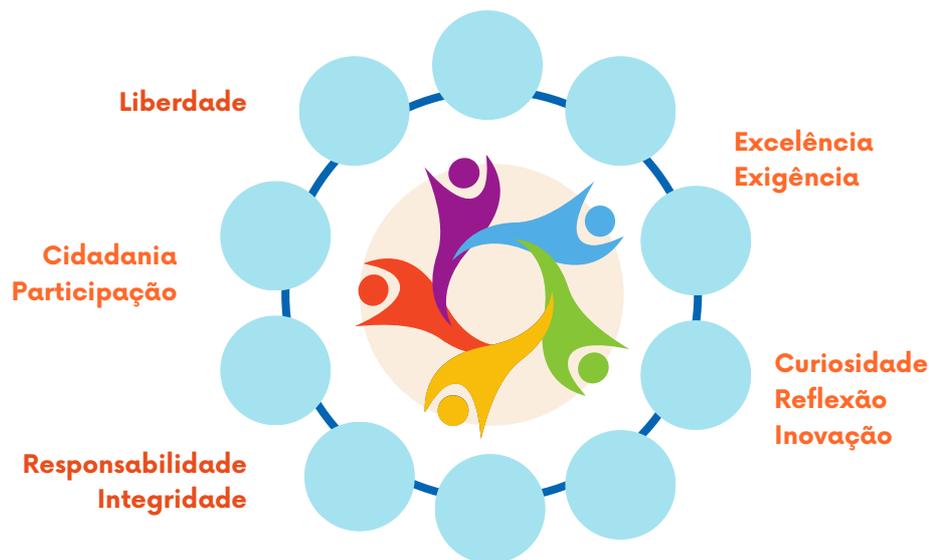
As atividades de projeto são especialmente úteis para as aprendizagens autênticas e criativas dos alunos, ou seja, *"a compreensão da relação entre o que aprendem e o mundo em que vivem, e a relevância dessa aprendizagem, isto é, a compreensão da relação entre o que aprendem e o seu sistema de conhecimentos prévios, crenças e valores"* (UNESCO, 2022).

Sabemos que não existem abordagens pedagógicas infalíveis e adequadas a todos os contextos, cabendo aos tutores encontrar em conjunto com os alunos as melhores metodologias e os meios mais adequados para o percurso de cada um. Conforme sugerido no guião de inovação pedagógica presente no Referencial para a Inovação Pedagógica nas Escolas (RIPE) são consideradas três dimensões para uma aprendizagem inovadora e evolutiva: o sentido social (comunidade), a orientação local e sistémica (projetos), e a focalização nos alunos (PASEO) e na aprendizagem (AE), o que se traduz num ecossistema favorável ao percurso do aluno representado na figura 2 (por Gouveia & Bettencourt).

O trabalho de projeto é útil para a compreensão da relação entre o que os alunos aprendem e o mundo em que vivem, o seu sistema de conhecimentos, crenças e valores, e a relevância dessa aprendizagem, que se quer autêntica e criativa.



Articulação com os Valores e Princípios definidos no PASEO



Norteados pelo PASEO, A Escola-Piloto tem como valores e princípios:

Liberdade: manifestar a autonomia pessoal centrada nos direitos humanos, na democracia, na cidadania, na equidade, no respeito mútuo, na livre escolha e no bem comum (PASEO, 2017, p.17), sendo exposto ao mundo para poder escolher em liberdade;

Responsabilidade e Integridade: respeitar-se a si mesmo e aos outros; saber agir eticamente, consciente da obrigação de responder pelas próprias ações; ponderar as ações próprias e alheias em função do bem comum (PASEO, 2017, p.17).

Para além da responsabilidade pelas próprias ações, o sentido de responsabilidade e integridade no Projeto ARCA.27, está diretamente relacionado com a consciência cívica. Segundo Buber (2009, p. 50),

Cidadania e Participação: demonstrar respeito pela diversidade humana e cultural e agir de acordo com os princípios dos direitos humanos; negociar a solução de conflitos em prol da solidariedade e da sustentabilidade ecológica; ser interventivo, tomando a iniciativa e sendo empreendedor (PASEO, 2017, p17).

Excelência e Exigência: aspirar ao trabalho bem feito, ao rigor e à superação; ser perseverante perante as dificuldades; ter consciência de si e dos outros; ter sensibilidade e ser solidário para com os outros (PASEO, 2017, p17).

Curiosidade, Reflexão e Inovação: Querer aprender mais; desenvolver o pensamento reflexivo, crítico e criativo; procurar novas soluções e aplicações (PASEO, 2017, p17).

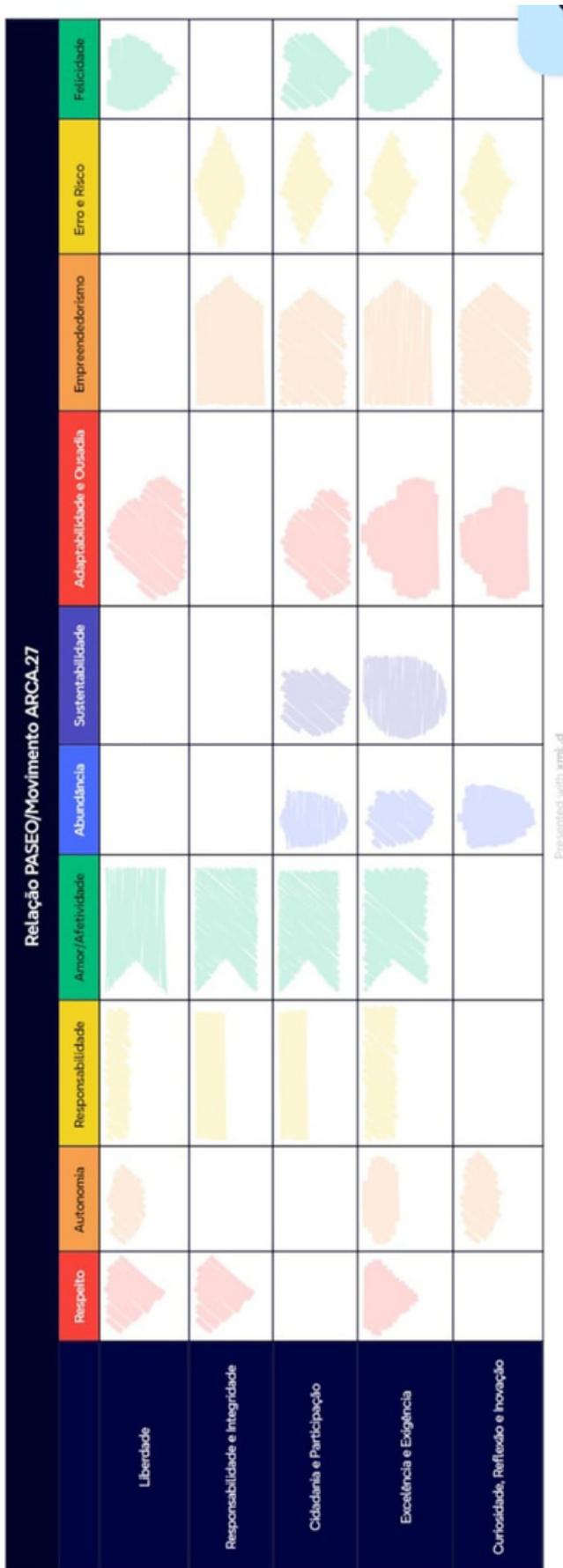


Figura 3: Esquema que traduz o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória, retirado do Documento oficial do Ministério da Educação

Figura 4: Relação entre o PASEO e os valores e princípios da Escola-Piloto

Organização da Vida Escolar



A organização do trabalho na Escola-Piloto centra-se num sistema de relações que, simultaneamente, atendem às necessidades do aluno e da comunidade, no desenvolvimento de atividades de construção de projetos das crianças e jovens, contribuindo para que eles aprendam a ser, conviver, conhecer e fazer.

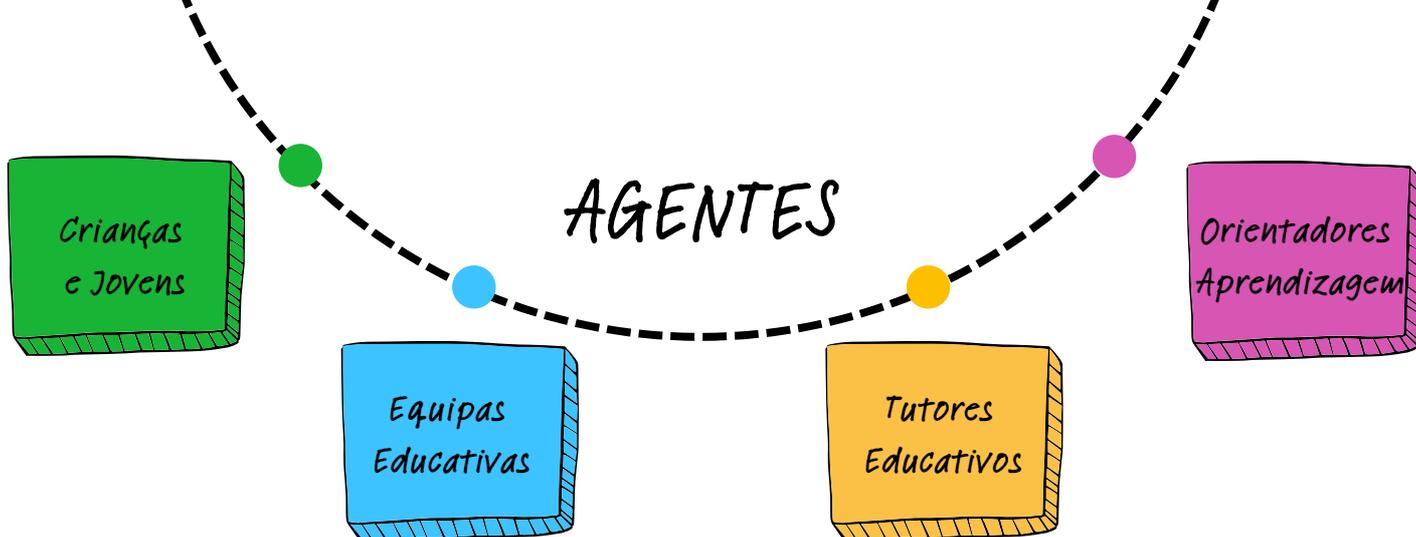
De acordo com o PASEO e o PAFC (DL 55/2018), deve-se compreender o estudante como o sujeito central do processo de ensino-aprendizagem, capaz de atitudes éticas, críticas e reflexivas, comprometido com as suas aprendizagens, numa perspetiva de co-protagonismo infanto-juvenil do ato educativo (Cosme et al., 2021, p.22). E a escola norteia-se pelos princípios democráticos priorizando a passagem da heteronímia para a autonomia. Nesta escola não existem aulas, nem anos/níveis escolares. Existem núcleos de aprendizagem, onde os alunos de todas as idades e graus de conhecimento ocupam os mesmos espaços e aprendem juntos.

A organização da Escola-Piloto conta com todos os educadores para acompanhar o processo de cada aluno e dos seus roteiros (definidos entre o tutor e o aluno), ajudando na concretização do planeamento das aprendizagens. Portanto, todos os educadores são responsáveis por todos os alunos.

De acordo com o documento do Referencial para a Inovação Pedagógica nas Escolas (CNE, 2023, p.7), *"será ainda importante considerar o modo como as iniciativas de inovação se articulam com os contextos extraescolares, conferindo-lhes um sentido comunitário, seja através da resposta a necessidades e interesses emergentes, seja através de projetos pedagógicos que envolvem membros da comunidade ou da sua participação no acompanhamento e avaliação da inovação"*. O entender que a educação extrapola os muros da sala de aula, sendo realizada na vida vivida, em diversos momentos e múltiplos lugares, é necessária à ressignificação do próprio ambiente escolar: a escola deixa de ser o único espaço educativo para se tornar um local de encontro e articulação com outros espaços e entidades.

Sistema de relações que atende às
necessidades do educando e da
comunidade, no desenvolvimento de
atividades de construção de projetos de
vida para todos.





Agentes Educativos e Espaços de Aprendizagem

O desenvolvimento de pedagogias centradas nos alunos implica uma mudança na concepção, organização e gestão dos espaços de ensino e aprendizagem. A sala de aula tradicional não foi pensada para este tipo de pedagogias, mas sim para abordagens assentes na transmissão do conhecimento, assim a postura relativamente passiva dos alunos deixa de acontecer e passa a ser necessário uma gestão de multiespaços face ao modelo de aprendizagem descentralizado.

Como referido no RIPE *"ampliar a voz dos alunos também implica promover a inclusão através de estratégias como:*

- *diversificação das representações do conhecimento, das atividades e dos recursos;*
- *ensino diferenciado;*
- *aprendizagem individualizada (através da tutoria);*
- *aprendizagem cooperativa;*
- *colaboração na docência".*

Tendo em conta que a concepção e o desenvolvimento deste projeto, que pretende vir a ser um projeto educativo, foi um ato coletivo e consubstanciado numa lógica comunitária, contando já com 72 manifestações de interesse individuais e outras manifestações coletivas, com o contributo de pais e/ou encarregados de educação, crianças e jovens, pessoal docente e não docente, entre outros, pressupõe-se que a sua dimensão extra-muros, que num sentido de transformação para além das barreiras, é ser uma comunidade de aprendizagem, integra comunidades locais numa só.

O objetivo desta proposta de trabalho é transformar a comunidade num espaço de aprendizagem, onde as crianças, jovens e suas famílias sejam co-protagonistas na construção de conhecimento e no compartilhamento dos saberes e fazeres, buscando soluções concretas para questões sociais e ambientais reais.

Nesta comunidade de aprendizagem, todos os elementos e instituições com potencial educativo na sociedade interagem de forma íntima com a escola, no sentido de apoiar a construção de um conhecimento contextualizado, natural e significativo nos alunos.

Agentes Educativos

Crianças e Jovens

Segundo o artigo 7º da Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959):

“A criança tem direito à educação, que deve ser gratuita e obrigatória, pelo menos nos graus elementares. Deve ser-lhe ministrada uma educação que promova a sua cultura e lhe permita, em condições de igualdade de oportunidades, desenvolver as suas aptidões mentais, o seu sentido de responsabilidade moral e social e tornar-se um membro útil à sociedade. O interesse superior da criança deve ser o princípio directivo de quem tem a responsabilidade da sua educação e orientação, responsabilidade essa que cabe, em primeiro lugar, aos seus pais. A criança deve ter plena oportunidade para brincar e para se dedicar a atividades recreativas, que devem ser orientadas para os mesmos objetivos da educação; a sociedade e as autoridades públicas deverão esforçar-se por promover o gozo destes direitos”.

Então, cada criança e jovem é um universo em permanente desenvolvimento, pelo que nos importa reconhecer os seus interesses e necessidades, descobrir e encorajar as suas aptidões, criando oportunidades para que os alunos sejam ativos na procura do conhecimento. Neste contexto, desenvolvem projetos que eles próprios propõem ou selecionam e que sentem como seus, através de um processo educativo que, segundo Rosa & Quaresma (2018, p.4), promova a capacidade de autorregulação da aprendizagem, intimamente ligado à responsabilidade, autoavaliação, análise, síntese e produção de novos conhecimentos.

Equipas Educativas

De acordo com Rosa & Quaresma (2018, p.6), devem-se constituir equipas multidisciplinares (incluindo auxiliares) essenciais ao processo de aprendizagem, que assumam a responsabilidade conjunta da orientação de cada aluno ou grupos de alunos, com o objetivo de mediar e acompanhar, de forma próxima e personalizada, a aprendizagem de cada aluno, mesmo contando com a figura central do educador-tutor.





Tutores educativos

Norteados pelo PASEO e AE, os tutores apoiam cada criança na elaboração do seu currículo subjetivo, assumindo o papel de mediadores entre o aluno, a família, a comunidade e a escola. Os tutores devem assumir o papel de provocadores da curiosidade contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento no aluno, estando munidos dos saberes relacionais e conceptuais que permitem apoiar esse processo de construção, em vez de agirem como transmissores heterónomos de conhecimentos pré-determinados (Rosa & Quaresma, 2018, p.4).

O trabalho do aluno é supervisionado permanentemente pelo tutor e os seus pais ou responsáveis podem, em qualquer momento, agendar um encontro com o tutor e o seu filho ou aluno.

"As medidas universais (Art.º 8.º) correspondem às respostas que cada docente mobiliza em sala de aula, para todos os alunos, de forma a promover a participação e a melhoria das aprendizagens. Estas medidas consideram a individualidade de todos e de cada um dos alunos através da implementação de ações e estratégias integradas e flexíveis. A abordagem multinível enforma a atuação em áreas específicas como sejam a promoção de comportamento pró-social ou/e intervenção como foco académico numa perspetiva alargada e compreensiva de escola (Art.º 5.º-DL 54/2018, 6 de julho; alínea a), Art.º 3º-DL 55/2018, 6 de julho). O desenho universal para a aprendizagem é particularmente útil na operacionalização das medidas em sala de aula." (FAQ Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho).



Orientadores de aprendizagens

São elementos especialistas numa determinada área do saber que apoiam o aluno e o seu tutor no desenvolvimento das aprendizagens, integrados na escola-piloto ou pertencentes aos parceiros-âncora e parceiros-estratégicos, que através das atividades e projetos criados pelo ou com o aluno, inseridos ou não em ambiente oficial, despertam a vontade de fazer e de aprender fazendo, desenvolvendo as suas capacidades pessoais (ser, estar, fazer, viver), relacionais e de co-criação, participando assim ativamente na construção comunitária, baseada na partilha e produção de conhecimento.

Pais e/ou Encarregados de Educação

Elemento fundamental na facilitação do processo de aprendizagem dos alunos, tendo como papel importante a melhoria da relação entre o aluno, o seu tutor, e restantes agentes educativos, bem como na melhoria da organização e gestão da escola. Este elemento pode também exercer o papel de mediador educativo ou tutor.



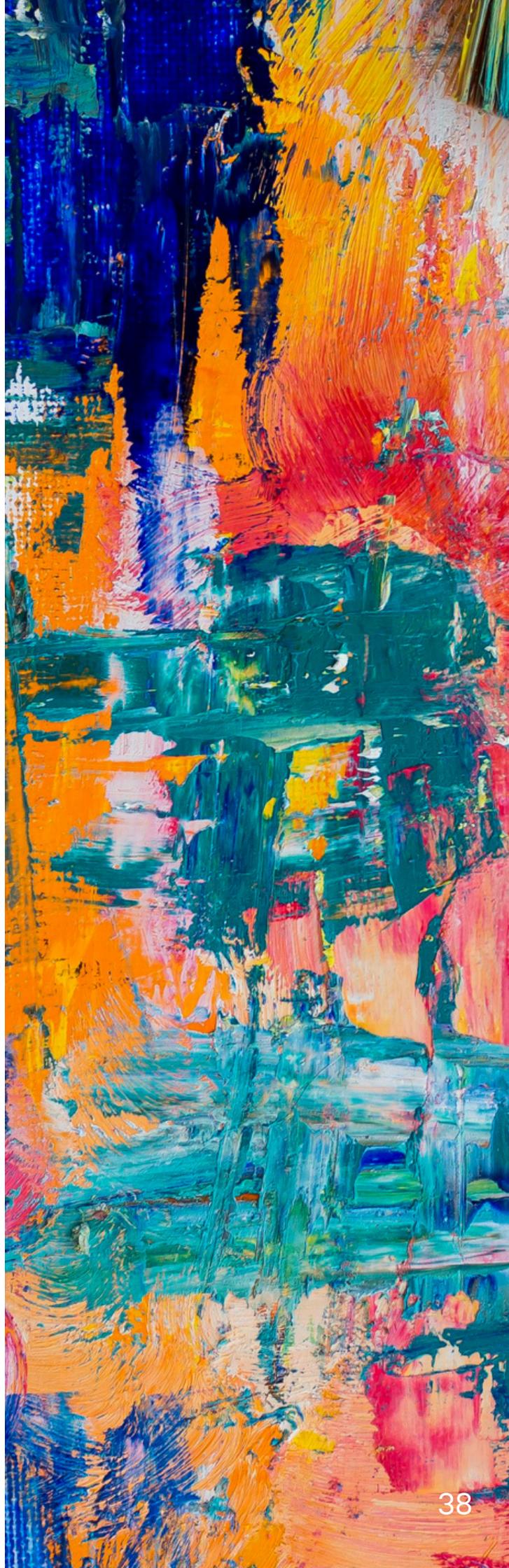
As atividades da escola
criam uma rede de
partilha que não
depende do espaço de
aprendizagem.

Espaços de Aprendizagem

Propõe-se que a Escola-Piloto tenha um local de encontro de onde partem os roteiros de cada aluno ou grupos de alunos, os núcleos de aprendizagem e onde se realizam as reuniões semanais, com a presença de todos os envolvidos.

As aprendizagens dos alunos acontecem em diferentes espaços da cidade e arredores, consoante os projetos em desenvolvimento, nos estabelecimentos dos seus parceiros-estratégicos, no exemplo das Caldas da Rainha, a Escola Superior de Artes e Design (ESAD), que promove oficinas e residências artísticas. Outros são os espaços de parceiros-estratégicos, tais como a Escola de Hotelaria e Turismo, Centro Hospitalar e Museu das Caldas da Rainha, Bibliotecas, Academias e Conservatório, onde outras oficinas e residências podem acontecer, e desta forma fomentar o sentido de comunidade, permitindo também uma boa gestão dos roteiros de aprendizagem.

Desta maneira, as atividades desenvolvidas e oferecidas pela Escola-Piloto criam uma rede de relacionamento e partilha que não depende do espaço de aprendizagem, mas sim da abertura para aprender com todos, nos espaços partilhados pela comunidade.





Núcleos de Aprendizagem

Apesar de no sistema de ensino português, o trabalho e atividades escolares se organizarem disciplinarmente, por turmas estruturadas a partir da faixa etária dos alunos, em sala de aula, não está contemplada na lei essa obrigatoriedade, existindo abertura para alternativas diferenciadas, baseadas antes na aquisição de competências, como a autonomia, previstas no PASEO. Contudo, a Lei de Bases do Sistema Educativo, DL 46/86, contempla ciclos, nomeadamente nos artigos 8º e 10º, mas, dentro desses ciclos, permitem graus de liberdade, desde que o propósito e objetivos sejam cumpridos.

Assim, estabelece o artigo 8º, nos pontos 1 e 2, que o ensino básico compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1.º de quatro anos, o 2.º de dois anos e o 3.º de três anos, em que a articulação entre os ciclos obedece a uma sequencialidade progressiva, conferindo a cada ciclo a função de completar, aprofundar e alargar o ciclo anterior, numa perspectiva de unidade global do ensino básico, salvaguardando-se no ponto 4 que em escolas especializadas do ensino básico podem ser reforçados componentes de ensino artístico ou de educação física e desportiva, sem prejuízo da formação básica.

Esta proposta pedagógica organiza-se então em Núcleos de Aprendizagem, que correspondem aos ciclos mencionados na lei, constituídos em função do desenvolvimento das competências previstas para o término de cada núcleo/ciclo. Os núcleos são a primeira instância de estruturação pedagógica do trabalho de alunos e educadores, correspondendo a unidades coerentes de aprendizagem e de desenvolvimento pessoal e social.

O PASEO (2017, pp.13-17) define como competência essencial a capacidade do aluno, futuro cidadão, ser livre, autónomo, responsável e consciente de si próprio e do mundo que o rodeia, manifestando autonomia pessoal centrada nos direitos humanos, na democracia, na cidadania, na equidade, no respeito mútuo, na livre escolha e no bem comum. O desenvolvimento pessoal e autonomia aparece como uma das dez áreas de competência a alcançar pelo aluno à saída da escolaridade obrigatória (Idem, 2017, p.26).

Logo, para que possam aperfeiçoar gradualmente o seu nível cognitivo e de maturidade, os alunos passam por quatro etapas: Iniciação, Desenvolvimento, Progressão e Aprofundamento, que ocorrem durante o ensino básico e os seus respectivos ciclos. Cada indivíduo exige tempos diferentes para passar de um estágio para o outro. Os alunos e espaços são organizados de acordo com os núcleos de aprendizagem e as competências específicas a adquirir em cada etapa, sugerindo-se o seguinte modelo:

1. Núcleo de Iniciação: Pré-escolar e 1º Ciclo;
2. Núcleo de Desenvolvimento: 1º Ciclo e 2º Ciclo;
3. Núcleo de Progressão: 2º Ciclo e 3º Ciclo;
4. Núcleo de Aprofundamento: 3º Ciclo (com alargamento ao Secundário).





Núcleo de Iniciação

No espaço pedagógico da Iniciação, o aluno começa o seu processo de autonomia e adquire as competências e capacidades psicomotoras e emocionais, de educação sócio-afetiva, de alfabetização linguística e lógico-matemática.

Ao ingressar neste núcleo, os estudantes carecem de autonomia e consciência da importância dos processos para uma boa convivência. Ainda não conseguem atuar sem intervenção dos educadores, nem fazer seu próprio planejamento de aprendizagem e pesquisas.

Ao longo deste estágio, o aluno aprende a:

- Planear;
- Responsabilizar-se pelo seu material;
- Tomar iniciativas adequadas às situações;
- Pesquisar de maneira crítica as informações de que necessita para os seus projetos e transformações sociais;
- Fundamentar as suas decisões e resolver conflitos sem necessidade de intervenção;
- Identificar problemas e interesses;
- Auto-avaliar-se;
- Comunicar as suas ideias e descobertas;
- Debater e analisar outras ideias e preparar discursos simples, escritos ou orais;
- Procurar e recolher criticamente as informações;
- Utilizar a tecnologia de informação e comunicação.

A saída deste nível acontece quando a criança revela, além de maturidade nas atitudes, competências de autoplanoamento e avaliação, de pesquisa e de trabalho em pequeno e grande grupo, em articulação com o previsto no PASEO e nas AE, nomeadamente, o desenvolvimento da linguagem oral e a iniciação e progressivo domínio da leitura e da escrita, das noções essenciais da aritmética e do cálculo, do conhecimento do meio físico e social, das expressões plástica, dramática, musical e físico-motora (DL 46/86, artigo 8º, ponto 3) e começar a abraçar grandes temas tais como: Cultura, Sociedade, Ciência e Saúde.

Aos primeiros planos, elaborados pelos tutores, sucedem-se esboços de planeamento, que cada aluno vai aperfeiçoando, até atingir a capacidade de prever uma gestão equilibrada dos tempos e espaços de aprendizagem.



Núcleos de Desenvolvimento, Progressão e Aprofundamento

Nos estádios de Desenvolvimento, Progressão e Aprofundamento são trabalhadas as competências nas suas várias dimensões, tais como: Cultura, Sociedade, Ciência e Saúde, associado às aprendizagens essenciais, tais como as componentes língua Portuguesa, Francês, Inglês e Espanhol, entre outras, a História e Geografia, a Ciências Naturais, Estudo do Meio e Físico-Química, a Matemática, Expressão e Educação Artística, entre as quais, Música, Cultura Visual, Dramática/Teatral, Tecnológica e Físico-Motora.

Estas áreas de conhecimento serão abordadas em espaços que possibilitem o desenvolvimento inter e transdisciplinar do conhecimento.

O aluno que se apresenta nos estágios do Desenvolvimento, Progressão e Aprofundamento possui um maior nível de autonomia, capacidade de autodisciplina e planeamento. Já consegue gerir o seu tempo, espaço e recursos necessários para a elaboração e desenvolvimento do seu projeto individual e do coletivo.





Ao longo do Desenvolvimento, Progressão e Aprofundamento, o aluno deve conseguir:

- Compreender as suas responsabilidades, ajudando a cumprir as do grupo;
- Manter a boa relação com os outros, aceitando e prestando ajuda sempre que solicitado, contribuindo para o bem-estar;
- Desempenhar tarefas com persistência e concentração, ultrapassando dificuldades;
- Tomar iniciativas adequadas às situações, sem intervenção dos educadores;
- Manifestar segurança na realização das tarefas;
- Participar ativamente e criativamente nas atividades da escola;
- Saber ouvir, intervir e fundamentar;
- Elaborar, desenvolver e atualizar os planos de trabalho individuais, com explicitação das suas intenções;
- Extrair informações de materiais de pesquisa, trabalhá-las criticamente, construir conhecimento e divulgá-lo;
- Resolver conflitos, tomar decisões, reconhecer e aceitar os diferentes pontos de vista;
- Mobilizar saberes para compreender e transformar a realidade;
- Utilizar processos complexos de pensamento, produzindo análises e sínteses autonomamente;
- Ir para além do contemplado nas aprendizagens essenciais, num modelo de desconstrução do conhecimento.

A transição destes níveis acontece quando os jovens revelam um maior desenvolvimento de competências de autoplanoamento e autoavaliação, de pesquisa e de trabalho em pequeno e grande grupo, em articulação com o previsto no PASEO e nas AE para os núcleos correspondentes.



Trabalho de Projeto

As propostas de trabalho com os alunos tendem a recorrer à metodologia de projeto. Através dos projetos, são trabalhadas as suas competências de pensamento crítico e criativo, bem como a percepção de que existem várias maneiras para a realização de uma tarefa. Neste sentido, a definição do currículo objetivo, baseado no PASEO e nas AE, reveste-se de um carácter dinâmico e implica um permanente trabalho reflexivo por parte da equipa de educadores, de modo a que seja possível a facilitação de recursos e materiais para a aquisição de saberes e desenvolvimento de competências.

A Metodologia de Projeto *"constitui-se como oportunidade para suscitar aprendizagens num trabalho assente na cooperação"* (Cosme et al., 2021, pp.138-143), considerando como início da atividade *"as questões e/ou problemas reais, sentidos como verdadeiros problemas para aqueles que os vão tratar"*, os alunos (Rangel & Gonçalves, 2010, p.21). O trabalho de projeto é então uma *"oportunidade para valorizarmos o conhecimento dos alunos e suas características, bem como os contextos educativos"* (Shulman, 1987).

Nos núcleos, os sujeitos de aprendizagem envolvem-se em tarefas e desafios, para resolver problemas, satisfazer necessidades, desejos e sonhos. Em processo, lidam com questões interdisciplinares e transdisciplinares, tomam decisões e agem sozinhos e/ou em equipa.

Pretende-se que todas as atividades sejam desenvolvidas num modelo de criação ou cocriação de projetos que promovam a prosperidade das comunidades nas suas várias vertentes - económica, social e ambiental - potenciando na prática o desenvolvimento de projetos inovadores e com impacto no contexto local, regional e internacional, incluindo interplanetário.

Desenvolvimento de projetos inovadores e com impacto não só no contexto próximo e local, mas numa perspetiva de efeito multiplicador.

Tutoria

Pelo DL 54/2018, para uma Educação Inclusiva, está contemplada no artigo 12º a possibilidade de atribuição de um tutor específico *“a alunos do 2.º e 3.º ciclo do Ensino Básico que ao longo do seu percurso escolar acumulem duas ou mais retenções. Tem como objetivo incrementar o envolvimento dos alunos nas atividades educativas, nomeadamente, através do planeamento e da monitorização do seu processo de aprendizagem”* (retirado do site <https://www.dge.mec.pt/apoio-tutorial-especifico>). Contudo, e uma vez que na mesma plataforma se entende que a *“tutoria em meio escolar pode constituir-se como um fator importante para a autorregulação das aprendizagens, incrementando, desse modo, o bem-estar e a adaptação às expectativas académicas e sociais”*, esta deve ser alargada a todos os alunos, não só como manifestação de uma educação mais inclusiva, mas como instrumento essencial para assegurar o melhor cumprimento do PASEO, nomeadamente no que diz respeito à competência do Desenvolvimento Pessoal e Autonomia. Assim, encontraram-se algumas diretrizes para uma tutoria para todos.



A tutoria em meio escolar é um fator importante para a autorregulação das aprendizagens, incrementando o bem-estar e a adaptação às expectativas académicas e sociais.

A tutoria tem início com a constituição de um protótipo de mudança. Em todos os momentos, cada núcleo e cada tutor apreende o processo a seu modo e assume-o no seu ritmo. E, porque a afetividade não é neutra, acontece numa escolha mútua de tutores e tutorandos, ou seja, o acompanhamento permanente e individualizado do percurso curricular de cada aluno caberá a um tutor designado com o acordo entre ambas as partes.

Os agentes de educação (equipas e educadores-mediadores) de cada espaço de aprendizagem também são responsáveis pelo desenvolvimento e aprendizagem de todos os alunos da escola, que se norteiam pelo planeamento do dia, elaborado a partir do seu plano de aprendizagem.

Pode ser educador-tutor todo o educador que possa participar no projeto como corresponsável pelo percurso de aprendizagem dos alunos, com as respectivas famílias, acompanhando diretamente o aluno nos dias previstos, segundo o plano que desenvolvem juntos.

Por exemplo, o tutor não deve dar respostas, nem preparar projetos para os alunos, mas, com eles constrói projetos, a partir das suas necessidades, desejos, problemas e sonhos. Não faz o planeamento da aula, mas, com os alunos, elabora planos de aprendizagem, ajudando-os a planear e a gerir o seu tempo e recursos.





Por exemplo, o tutor não deve dar respostas, nem preparar projetos para os alunos, mas, com eles constrói projetos, a partir das suas necessidades, desejos, problemas e sonhos. Não faz o planeamento da aula, mas, com os alunos, elabora planos de aprendizagem, ajudando-os a planear e a gerir o seu tempo e recursos.

O tutor questiona, ajuda, esclarece, assegura a mediação pedagógica, avalia, mantém atualizado o registo de avaliação formativa de cada aluno, faz observações ocasionais e sistemáticas, verifica se os dispositivos pedagógicos estão a ser devidamente utilizados, se as regras de convivência estão a ser cumpridas.

Compete ao educador-mediador de aprendizagem desenvolver outras atividades, integradas no plano dos alunos, que lhes possam interessar e que reflitam uma necessidade sugerida por eles.

A título de exemplo: antes do primeiro dia de experimentação (e, depois, na véspera de cada dia de trabalho), o tutor ajuda os tutorandos a elaborar os seus planos diários, recomendando-lhes atenção aos horários que deverão cumprir, bem como a identificar os locais onde irão desenvolver as suas atividades. No final de cada dia, acontece um encontro de avaliação das aprendizagens realizadas e o planeamento do dia seguinte. Uma vez por semana, o tutor reúne com todos os seus tutorandos, para avaliação e autorregulação das aprendizagens realizadas.

Na prática de uma ética do cuidado, uma forma suplementar de tutoria poderá ser a “ajuda entre pares” – voluntariamente, jovens ajudam jovens (por exemplo: os já alfabetizados podem ajudar aqueles que se estão a alfabetizar), numa lógica de mentoria, prevista na lei. O mesmo pode e deve acontecer entre pares de educadores.



Reorganização dos Tempos de Aprendizagem

O horário é o da comunidade, do ritmo, dos ciclos de vida, da comunidade e de cada um dos seus membros. Não há horário fixo de “entrada”, nem de “saída”, dado que não se trata de entrar e sair de um edifício, onde supostamente se aprende, mas de efetivamente aprender em múltiplos espaços. Não existe uma escola confinada a um edifício, separada da comunidade. A escola funciona em vários lugares, cobertos, ao ar livre, públicos e/ou de parceiros, apesar de haver um espaço central, onde todos se reúnem.

A aprendizagem acontece “24 horas por dia, nos 365 dias de cada ano”, segundo o plano do aluno, sendo que cada educador estabelece o seu tempo e espaço, em acordos elaborados com os restantes membros da comunidade de aprendizagem.

Em conjunto, serão elaborados os planos de trabalho dos educadores. Parte-se da produção de mapas de tempos comuns a todos os alunos, para chegar a uma gestão individualizada do tempo. E, na elaboração de um banco de horas de tutores e outros agentes educativos, tem-se em consideração as contribuições da cronobiologia e a disponibilidade de cada educador.

Planos ou Roteiros de Aprendizagem

Com a orientação do tutor, o aluno desenvolve o plano de aprendizagem - a uma semana ou quinze dias, assim como o seu planeamento diário, com a gestão do tempo, espaços e conteúdos a cumprir.

O plano contém as atividades que o aluno deverá cumprir, levando em consideração os seus interesses e projetos. Em cada atividade realizada, o aluno desenvolve competências, que são identificadas e enquadradas pelo tutor com os objetivos do PASEO e das AE.

Assembleia Escolar

Estrutura criada com a participação dos alunos que proporciona e garante a participação democrática dos alunos nas tomadas de decisão que dizem respeito à organização e funcionamento da comunidade de aprendizagem. Somente quando há consenso é que os alunos cumprem o que decidiram.

Faz parte da organização da Assembleia um grupo de alunos, rotativo, que prepara o espaço da Assembleia, organiza o livro de presenças e ajuda no seu funcionamento.

Também participam nesta assembleia, em momentos próprios, os agentes educativos - tutores, mediadores e pais e/ou encarregados de educação, com o objetivo de existir uma estrutura democrática e participativa de apoio à decisão, e para a maior eficácia na execução das propostas debatidas e aceites na Assembleia de Escola.



A avaliação deve evidenciar a evolução do aluno nas diversas dimensões do seu percurso escolar.

Avaliação do Processo de Aprendizagem

O percurso de aprendizagem do aluno, a avaliação do seu trabalho, assim como os documentos mais relevantes por ele realizados, constam do seu processo individual ou portfólio, que tenta evidenciar a sua evolução nas diversas dimensões do seu percurso escolar.

De acordo com Rosa & Quaresma (2018, p.7), a avaliação do sujeito de aprendizagem deve assegurar critérios fundamentais:

Auto avaliação

Deve-se garantir que cada aluno, de uma forma ponderada e reflexiva, questione o seu percurso e desempenho, numa perspetiva holística, que abarque saberes, valores e atitudes, tomando consciência do que alcançou e ainda pretende alcançar. Este processo é acompanhado pelo tutor que se assume como orientador que, recorrendo a diversas estratégias e suportes, conduz a criança ou jovem num processo de construção pessoal significativo e enriquecedor.



Avaliação Contínua e Sistemática

Deve-se privilegiar a avaliação formativa e formadora de um modo contínuo e sistemático, por esta opção estar sempre ao serviço das aprendizagens. A avaliação recorre a uma variedade de procedimentos, técnicas e instrumentos de recolha de informação, adequados à diversidade das aprendizagens dos alunos e ao contexto em que elas ocorrem e usa dispositivos que permitem uma informação descritiva e detalhada sobre o desempenho dos alunos. Ela é formadora porque essa informação é mobilizada para que o aluno a integre e, dessa forma, melhore a sua aprendizagem, promovendo a autorregulação.

A avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno prevalece, destacando os aspectos qualitativos em detrimento dos quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

A avaliação, como processo regulador da aprendizagem, orienta construtivamente o percurso escolar de cada aluno, permitindo-lhe em cada momento tomar consciência, pela avaliação positiva, do que já sabe e do que já é capaz. Acompanhar o percurso do aluno na construção dos seus projetos, tendo consciência da singularidade que lhe é inerente, impõe uma gestão individualizada do seu percurso de aprendizagem na construção de seu Currículo Subjetivo, como também a progressiva consolidação de todas as atitudes que consubstanciam o perfil do indivíduo desenhado e ambicionado no projeto educativo.

A avaliação do desempenho escolar é compreendida como um mecanismo de diagnóstico das possibilidades do aluno, que orienta os próximos passos do processo educativo.

A abertura para esta forma de avaliação considera a individualidade de cada aluno no sentido de respeitar o seu processo e o tempo que cada um leva para absorver os conhecimentos. Diante disto, o tutor disponibiliza e proporciona o devido suporte à interação do aluno com os conteúdos que ainda forem necessários, dentro do seu currículo. Portanto, na progressão continuada, a avaliação é contínua e o acompanhamento por parte dos educadores, permanente.

A avaliação é compreendida como um mecanismo de diagnóstico das possibilidades do aluno, que orienta os passos do processo educativo.

No sentido em que, os alunos evoluem na aprendizagem de forma ininterrupta, fazendo-se uso da ferramenta de progressão continuada: o aluno não deve repetir o que já sabe; e não deve prosseguir tendo lacunas nas suas aprendizagens.

Avaliação Sumativa Pontual

Pode-se usar pontualmente a avaliação sumativa, unicamente como forma de se obter um juízo global sobre a qualidade das aprendizagens realizadas pelos alunos e definirem-se os percursos de melhoria, sempre acompanhada de informação descritiva. Deste modo, não se participa em qualquer atividade que vise a elaboração de rankings ou noutro tipo de iniciativas de carácter meritocrático.

Instrumentos de avaliação primordiais

Registo de Avaliação: Todas as avaliações realizadas pelos educadores são registadas no processo individual do aluno, que resulta numa síntese elaborada pelo tutor, acrescida da avaliação de atitudes e competências, não se remetendo para uma classificação numérica.

Portefólio: Cabe ao tutor acompanhar, orientar e verificar o percurso do seu tutorando, e registar em portefólio todo o seu desenvolvimento e aprendizagem, para comunicar aos pais e/ou encarregados de educação, ao aluno, equipa, entre outros. Esse documento, além de conter o trajeto curricular do aluno, também terá a anotação de intervenções necessárias para o ajudar quanto à sua evolução, tanto em relação aos aspetos cognitivos, como a aspetos emocionais.

Outros, tais como (exemplos): Debates sobre assuntos abordados; trabalhos individuais e/ou em grupo; avaliações realizadas por escrito em forma de relatórios; atividades desenvolvidas na comunidade; explicação do que aprendeu a outros colegas; consultas nas bibliotecas e na internet; pesquisas e trabalhos em casa; dramatização de um texto ou de uma situação; apresentação de trabalhos ou projetos; relatórios de visitas ou viagens de estudo, entre outras.



Formação Profissional

De acordo com Rosa & Quaresma (2018, pp.8-9), os princípios de ação formativa anteriormente referidos começarão desde logo a expressar-se na necessária formação dos recursos humanos da Escola-Piloto.

Uma ação de formação na modalidade Círculo de Estudos, destinada aos docentes que vierem a manifestar disponibilidade para integrar o Projeto, poderá ser organizada em articulação várias entidades, nomeadamente entre o CFAE Centro-Oeste e o Instituto Politécnico de Leiria (IPL). A participação dos assistentes operacionais que integrem o Projeto, numa ação de formação, visa a sua integração no espírito e dinâmica a desenvolver nele.

Para além destes momentos, a Escola-Piloto desenvolverá, no final de cada ano letivo, Jornadas de Formação promovidas pela comunidade de aprendizagem e abertas a toda a comunidade educativa local, regional e nacional. Finalmente, a escola estará totalmente disponível para receber, tanto aqueles que desejem inteirar-se sobre o funcionamento do Projeto, como os que pretendam integrar as perspectivas de ação pedagógica que ele expressa na sua formação e desenvolvimento profissional.





Como
Funcionamos

De acordo com o Artigo 9º do DL 75/2008 a escola organiza-se tendo em conta “o regulamento interno, os planos anual e plurianual de actividades e o orçamento” que se constituem como “instrumentos do exercício da autonomia de todos os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas”.

Assim, e segundo este artigo, neste documento está patente a necessidade de que o período de execução deste projeto seja de 9 anos, tendo em conta o referido horizonte, onde períodos de 3 anos são essenciais para a devida execução do plano estratégico ou estratégias, para atingir as metas assumidas pela comunidade, por toda a organização e parceiros, bem como para a manutenção e garantia dos valores definidos e assumidos por este projeto.

Sugere-se a existência de um «Regulamento Interno», um documento que surge do regime de funcionamento da escola-piloto apresentada nos capítulos anteriores e neste capítulo, no que concerne às estruturas que dão resposta aos serviços administrativos, técnicos e técnico-pedagógicos, bem como os direitos e os deveres dos membros da comunidade escolar.

Os «Planos anual e plurianual de actividades» - planos de três anos, são elaborados em estreita colaboração e em assembleia com os parceiros-âncora: o(s) agrupamento(s) e município, e também com os parceiros-estratégicos: Parceiros Estratégico-Operacionais orientados para o perfil do aluno e suas aprendizagens e sustentabilidade do projeto. Assim, este documento sugere apenas a função do projecto, os objectivos, as formas de organização e de programação das actividades de forma geral e que procedem à identificação dos recursos necessários à sua execução.

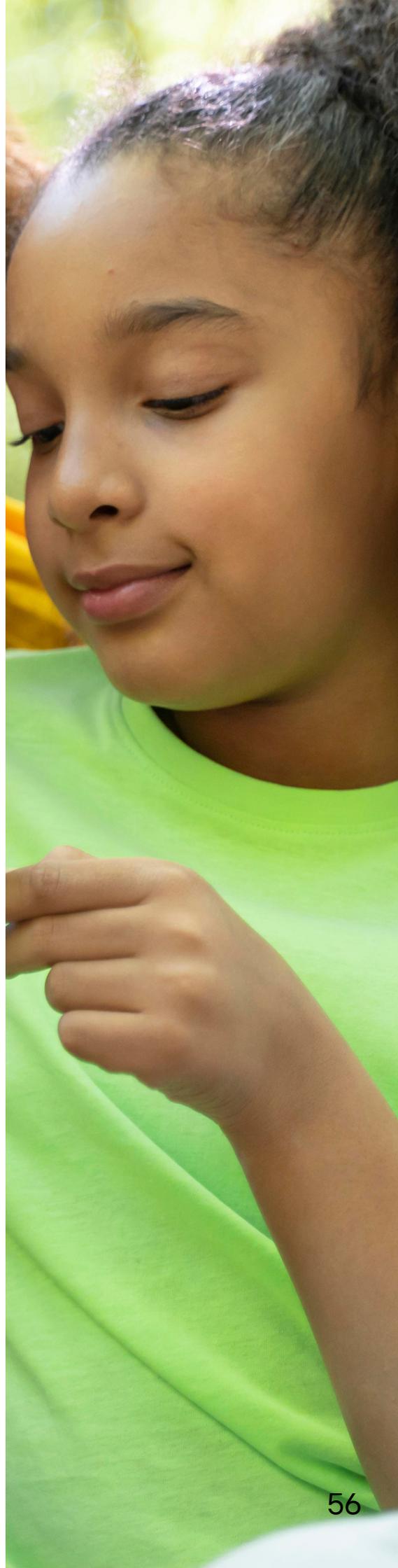


O «Orçamento» é outro documento importante como instrumento de autonomia, porque pressupõe que a escola-piloto tenha um orçamento próprio e que discrimina não só as receitas diretas como as indiretas, que devem ser previstas no plano de despesas a realizar.

Este projeto prevê instrumentos de gestão tais como: a prestação de contas, o relatório anual de atividades, a conta de gerência e o relatório de autoavaliação, que são entendidos como fundamentais e fazendo parte da lei, sendo desenvolvidos e auditados para o efeito de demonstrar e publicar a informação relevante para a comunidade de aprendizagem e toda a comunidade local, bem como para toda a sociedade da República Portuguesa, portanto faz parte da atividade desta escola elaborar e aprovar:

- o «Relatório anual de atividades», documento que relaciona as atividades efetivamente realizadas pela escola e identifica os recursos utilizados nessa realização;
- a «Conta de gerência», documento que relaciona as receitas obtidas e despesas realizadas;
- o «Relatório de autoavaliação», documento que procede à identificação do grau de concretização dos objetivos fixados no projeto, à avaliação das atividades realizadas e da sua organização e gestão, designadamente no que diz respeito ao desenvolvimento dos alunos e da comunidade ao nível das aprendizagens individuais e coletivas.

Assim, neste capítulo focamos no modelo de organização e no contrato de autonomia que complementa a resposta dada nos capítulos anteriores e que esta escola permite ver desenvolvidos, isto porque o modelo de organização que está refletido na proposta de contrato de autonomia está devidamente articulado com o projeto desta comunidade de aprendizagem, neste concelho, e para os pólos que se vierem a desenvolver nesta região.



Modelo de Organização



Para o 1º Polo da escola-piloto, considera-se que a Câmara Municipal deste Concelho tem um papel importante na viabilização do Projeto, bem como o Ministério da Educação, o(s) Agrupamento(s) de Escola e outros parceiros - públicos, associativos, cooperativos e empresariais.

A Escola-Piloto prevê um quadro de tutores que dê resposta aos currículos individuais dos alunos, orientando-os para as aprendizagens essenciais e no âmbito dos projetos de aprendizagem e projetos dos parceiros associados. Assim a comunidade é constituída por entidades coletivas, institucionais e outras parceiras que têm "funções" distintas e contribuem para um modelo de cooperação: estratégico, a nível local, regional e nacional; operacional, a nível organizacional e financeiro; e pedagógico, a nível do perfil do aluno e das suas aprendizagens.

Toda a comunidade num modelo de cooperação e cocriação terá o envolvimento e participação de vários parceiros, com funções e responsabilidades devidamente identificadas. Assim apresentam-se os parceiros:

Parceiros-Âncora

- Câmara Municipal deste Concelho, que financia as atividades com os parceiros do concelho, nomeadamente toda a logística e condições para que os “roteiros de aprendizagem” dos alunos se façam dentro das condições necessárias à mobilidade e segurança dos intervenientes, nomeadamente transporte e auxiliares que apoiam no acompanhamento dos alunos, tendo em conta grupos nunca superiores a 10 alunos;
- Agrupamentos, que disponibilizam com a afetação de professores especializados (por disciplina), para um trabalho articulado de apoio aos tutores.



Parceiros Estratégicos

Disponibilizarão mediadores educativos, cada um nas suas áreas de atuação e do conhecimento, como exemplo para a região oeste:

- ESAD - Escola Superior de Artes e Design, para as artes, design e som e imagem;
- Conservatório de Música das Caldas da Rainha e Academia de Música de Óbidos para a área da música e composição;
- IPL - Instituto Politécnico de Leiria, para as áreas científicas, nomeadamente, a área tecnológica;
- Obitec, para as áreas do empreendedorismo e inovação;
- Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste, para as áreas do turismo, cozinha e gastronomia;

Outros parceiros terão importância no processo de aprendizagem, tais como:

- ETEO - Escola Técnica Empresarial do Oeste
- Rede de Museus Locais;
- Associações Culturais Locais e Clubes Desportivos;
- OESTECIM - Comunidade Intermunicipal do Oeste;
- AIRO - Associação Empresarial da Região Oeste;
- Centros de formação;
- Centro Hospitalar do Oeste e Hospital Termal;
- ESDRM - Escola Superior de Desporto de Rio Maior;
- RBE - Rede de Bibliotecas Escolares;
- PNA - Plano Nacional das Artes;
- PNC - Plano Nacional do Cinema;
- Juntas de Freguesia do Concelho e concelhos vizinhos;
- Centro de Artes de Caldas da Rainha;
- Centro da Juventude de Caldas da Rainha.



Rede (Comunidade) de Aprendizagem

- **Parceiros-Âncora e Estratégicos, e Rede de Escolas**
- **Agentes Educativos (de Aprendizagens) e Núcleos de Desenvolvimento, Progressão e Aprofundamento**

Partindo dos núcleos de aprendizagem e os seus objetivos de aprendizagem:

- Como é que as várias dimensões são trabalhadas?

Com tutores e rede de escolas, com orientadores e parceiros estratégicos.

- Como é que as competências essenciais e os projetos são desenvolvidos?

A partir do projeto de vida do aluno, em articulação com todos os agentes educativos.

- Como é que acontece o envolvimento dos alunos e dos agentes educativos?

Através de núcleos de aprendizagem e projetos individuais e coletivos.

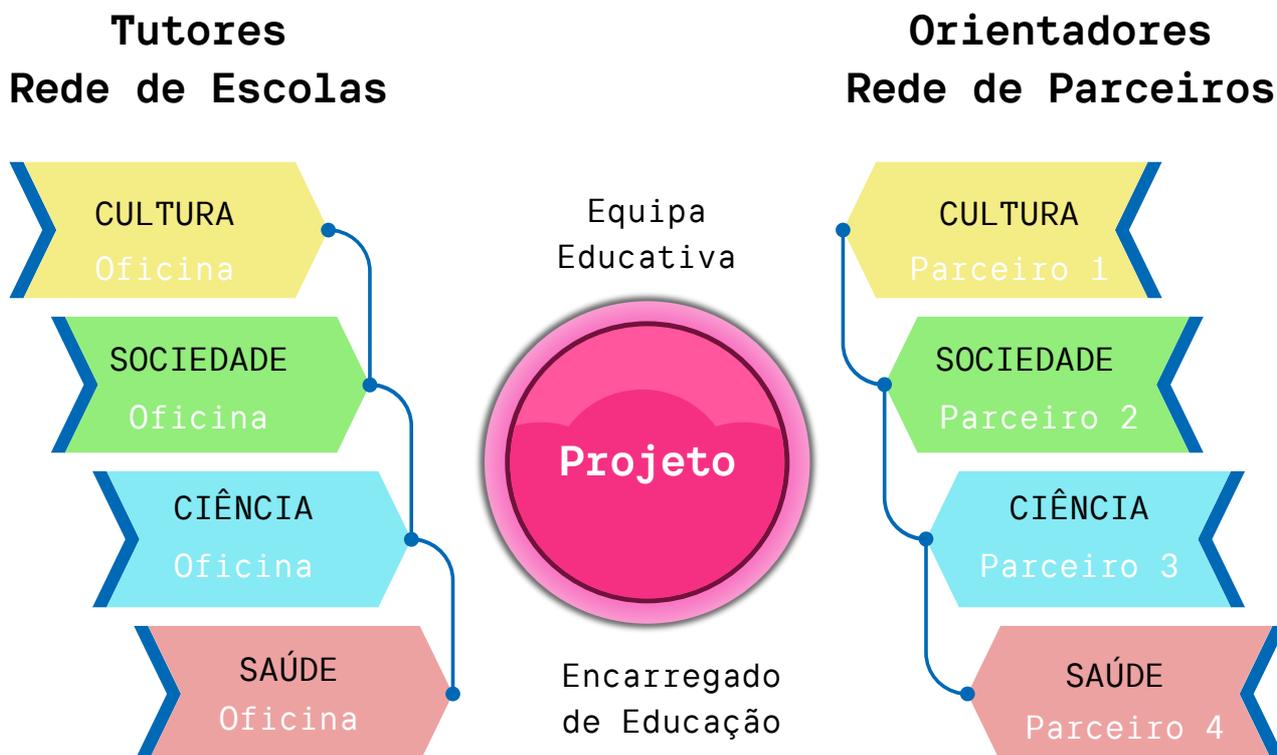
- Como é que se estimula a autonomia do aluno e o saber fazer como fator de desenvolvimento e felicidade?

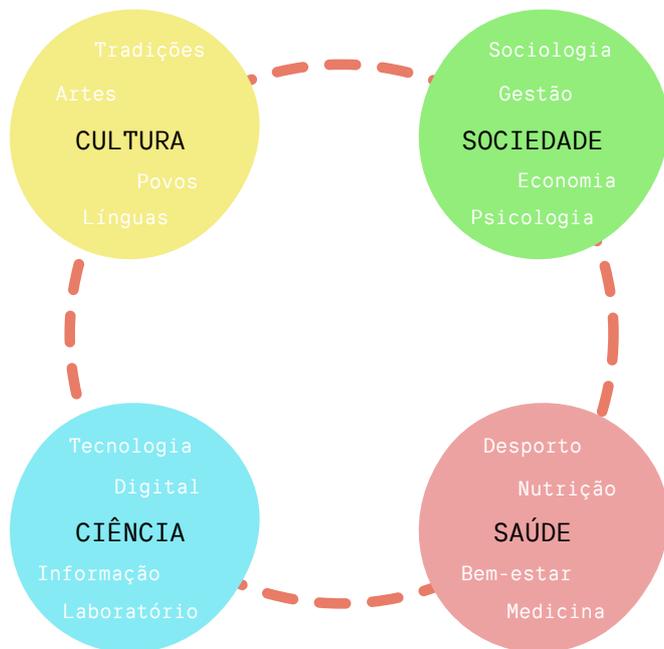
Com o plano individual - roteiro de aprendizagem, feito por cada um com os tutores e outros agentes educativos, em co-criação e intercultural, e em execução prática - oficial.

- Como é que o espaço de encontro e todos os espaços se relacionam?

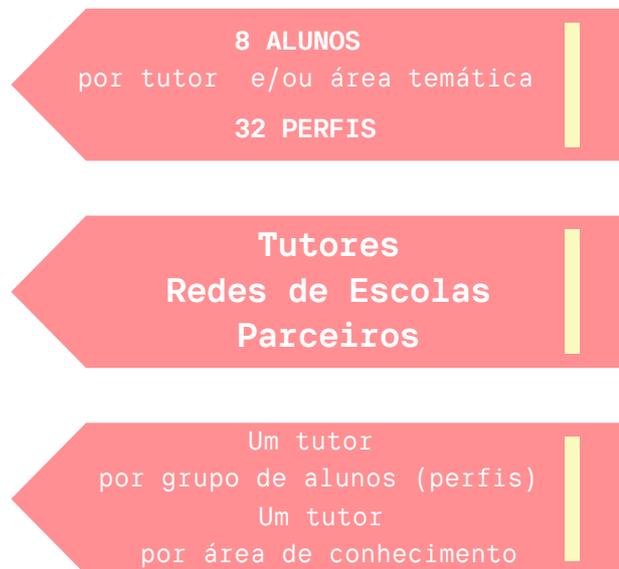
São espaços de trabalho, de diversão e de muita amizade e tolerância.

Temas já abordados, mas que carece de um "desenho" esquemas que servem de exercício para a futura organização dos relacionamentos, objetivos e espaços (entidades e pessoas).

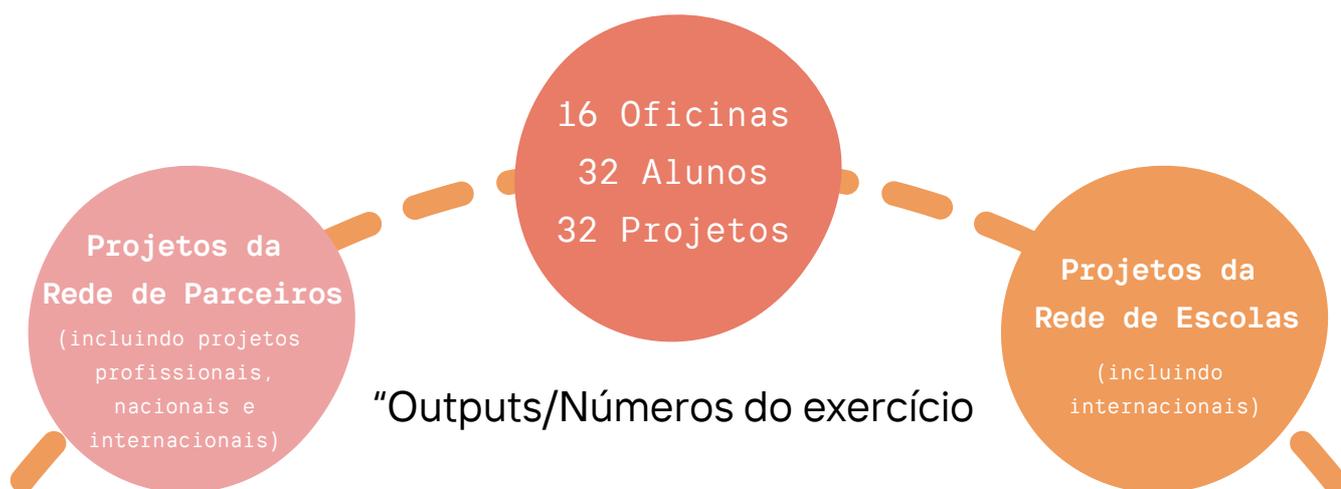
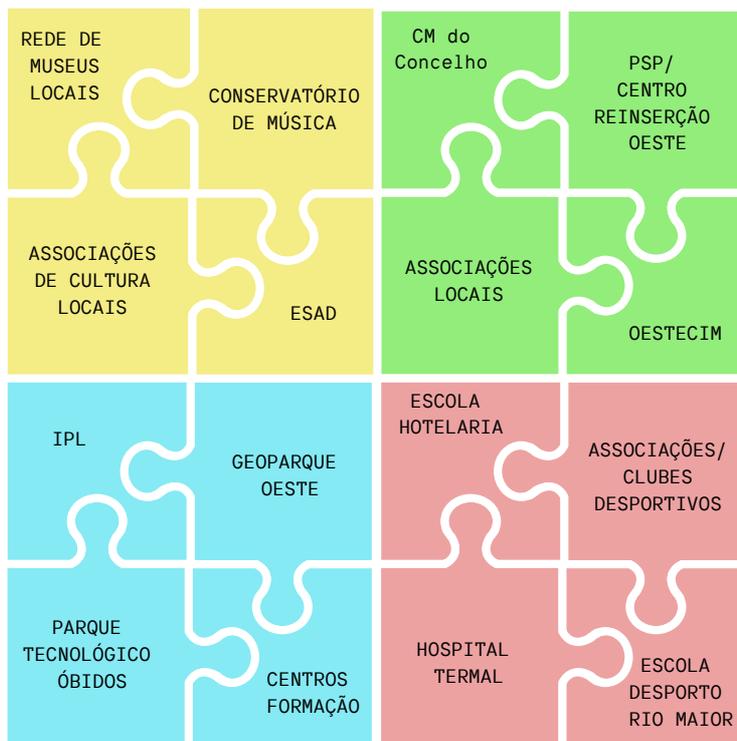
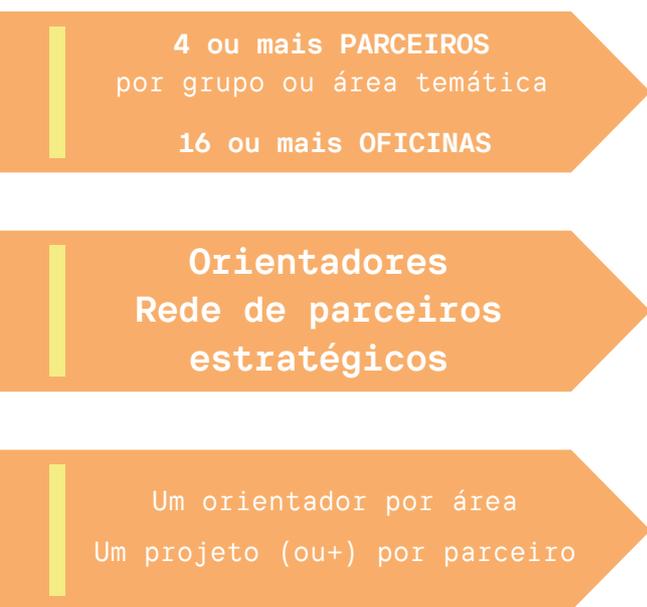




Foco e Agentes envolvidos



Dinâmicas e Parceiros envolvidos (Exemplo para a Região oeste)



Contrato de Autonomia



Com base no conceito de “uma escola não agrupada, com contrato de autonomia, uma escola independente, intercultural, inovadora e intergeracional” e no sentido de dar resposta ao definido na lei, artigos 56º, 57º e 58º do DL 75/2018 (anexa-se), à semelhança de outros casos.

- Os requisitos dos contratos de autonomia são:
- Aprovação de um plano de desenvolvimento da autonomia que vise melhorar o serviço público de educação, potenciar os recursos da escola e superar as suas debilidades;
- Apresentação de um projeto educativo contextualizado, consistente e fundamentado;
- Conclusão do procedimento de avaliação externa;
- Adoção de dispositivos e práticas de autoavaliação.

Sugere-se a redação de alguns dos artigos possíveis de um contrato de autonomia, no âmbito do desenvolvimento do regime jurídico de autonomia da escola, consagrada pelo Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de fevereiro, e ao abrigo do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, e pela Portaria n.º 265/2012, de 30 de agosto, e demais legislação aplicável, tendo como exemplo o contrato de autonomia do Agrupamento de Escolas de Colmeias. Assim, registamos:



Proposta de Objetivos:

Os objetivos que se destacam no contrato de autonomia:

1. Criar as condições que asseguram a consolidação e o desenvolvimento do Projeto Educativo;
2. Garantir de forma coerente e sustentada uma progressiva qualificação do percurso educativo dos alunos e das suas aprendizagens;
3. Garantir a qualidade dos resultados escolares dos alunos na avaliação externa e interna;
4. Valorizar o roteiro de aprendizagem e as suas aprendizagens essenciais;
5. Incrementar uma visão integrada de currículo e de avaliação (por portfólio);
6. Valorizar as diferentes componentes e áreas do currículo;
7. Promover a participação e o desenvolvimento cívico e ambiental;
8. Apostar na coerência, articulação e sequencialidade de todo o percurso;
9. Valorizar grandemente as componentes experimentais e as dimensões artísticas, culturais, sociais e ambientais;
10. Rentabilizar a distribuição do serviço docente com base no plano pedagógico;
11. Incentivar a inovação;
12. Promover o desenvolvimento de parcerias e projetos com parceiros externos à escola;
13. Valorizar a intervenção da escola como agente educativo e cultural, motivo central na vida das comunidades em que se insere.

Compromissos:

Competências reconhecidas à Escola

Com o presente contrato, o Ministério da Educação reconhece à Escola as seguintes competências para o desenvolvimento da sua autonomia:

- Flexibilizar a organização do ano escolar, garantindo a sua fixação no início do ano, o cumprimento integral do número mínimo de dias de aulas e salvaguardando a guarda dos alunos durante todo o ano letivo.
- Organizar modelos alternativos de horário escolar, a fixar no início do ano letivo, salvaguardando a guarda dos alunos durante todo o ano letivo e o respeito pela escola a tempo inteiro, sempre em articulação com os pais, tutores, orientadores e restantes elementos da comunidade, no respeito pela legislação em vigor e em função dos recursos humanos disponíveis.
- Organizar grupos flexíveis de alunos, integrando alunos com necessidades específicas, implicando tal processo a definição clara de metas a alcançar e a monitorização e avaliação anual dos resultados obtidos;
- Organizar grupos de trabalho, tendo como princípio a junção de alunos com diferentes níveis de aprendizagem, de forma a promover a integração e o sucesso escolar dos mesmos, recorrendo aos recursos humanos disponíveis no(s) Agrupamento(s) de Escolas e Parceiros, sempre com o objetivo último de promover o sucesso escolar de todos e de cada um.
- Decidir sobre a utilização das horas da componente extra curricular, nomeadamente sobre a mais-valia e eficácia da sua aplicação para o desenvolvimento de projetos, mediante parecer do grupo de trabalho Pedagógico (grupo constituído por Tutores, Alunos, Orientadores Parceiros, ...);
- Reformular e operacionalizar os Planos de Recuperação/Planos de Acompanhamento dos alunos transformando-os em planos individuais e de grupo, e baseados nas respetivas aprendizagens;
- Contratar tutores e técnicos para assegurar o plano estratégico e operacional da escola e os planos individuais dos alunos, a saber: tutores por grupos de alunos e técnicos de psicologia e desenvolvimento pessoal, incluindo terapeutas para assegurar todo o desenvolvimento pessoal do aluno e da comunidade de aprendizagem; animadores socioculturais, facilitadores e coordenadores/gestores para assegurar a implementação do projeto e respetivas atividades, bem como a gestão e o financiamento adicional necessário;
- Gerir um crédito global de 44 horas, além do já previsto no Despacho Normativo nº 13-A/2012, de 5 de junho, para o cumprimento dos objetivos do contrato de autonomia;



- Converter o crédito horário, na parte não utilizada ou no todo, em equivalente financeiro para investimento;
- Estabelecer protocolos com Instituições de Ensino Superior com vista à formação contínua, bem como recorrer a outras entidades de formação.
- Estabelecer protocolos com as entidades parceiras-estratégicas a fim de os alunos e comunidade de aprendizagem participarem nos seus projetos ou em conjunto criarem projetos específicos, facilitando assim a utilização ou obtenção de recursos complementares necessários ao plano individual e de grupo de cada aluno ou alunos.

Competências da Escola (e dos Parceiros-Âncora)

Com vista a cumprir os objetivos gerais e operacionais constantes do presente contrato, a escola e os parceiros-âncora - agrupamento(s) e município(s) comprometem-se e ficam obrigados a:

- Cumprir o serviço público de educação;
- Tomar as decisões e medidas indispensáveis à garantia dos apoios específicos nas vertentes pedagógica e financeira para a execução do plano de ação estratégica;
- Desenvolver o plano de ação estratégica no sentido de concretizar os objetivos operacionais previstos;
- Fazer prevalecer os objetivos de ensino e aprendizagem dos alunos sobre os interesses dos demais intervenientes no processo de aprendizagem;
- Envolver todos os atores escolares e membros da comunidade de aprendizagem (educativa e outros) na identificação dos problemas (partilha de responsabilidades) e na sua resolução;
- Promover o desenvolvimento de estruturas e processos de gestão participativa, potenciando uma cultura colaborativa, e criar as condições para o efeito;
- Assegurar e co-gerir racionalmente os recursos (humanos, técnicos e operacionais da escola e dos parceiros);
- Gerir o orçamento de acordo com as diretrizes do Ministério da Educação e das normas de gestão e leis, nomeadamente, fiscais;

- Angariar e gerar recursos financeiros direcionados para o investimento em projetos de ação e inovação pedagógica;
- Promover formação contínua dos tutores, orientadores, e restante comunidade de aprendizagem, incluindo o pessoal docente e não docente do(s) Agrupamento(s) afetos à escola, obedecendo a uma lógica contextual, organizacional e orientada para a mudança.
- Potenciar uma formação contínua orientada para o aumento de competências instrumentais necessários para desenvolver projetos, atividades, métodos e técnicas de trabalho que contribuam para uma progressiva construção, desenvolvimento e avaliação dos instrumentos de autonomia; para a adoção de processos de inovação pedagógica e organizacional; para o desenvolvimento organizacional da escola e para a construção da profissionalidade de todos os profissionais envolvidos (que não são apenas os docentes).
- Promover a participação voluntária dos pais e/ou encarregados de educação, potenciando a sua adesão a programas de envolvimento das famílias na vida da escola;
- Potenciar ações e projetos direcionados para os pais e/ou encarregados de educação, visando a sua intervenção no acompanhamento do percurso escolar dos seus alunos;
- Manter com as entidades representativas do meio envolvente um diálogo e colaboração permanentes que permitam à escola, por um lado, mobilizar recursos acrescidos para a realização das suas atividades e, por outro, reforçar mecanismos de integração no projeto da comunidade de aprendizagem;
- Realizar anualmente a autoavaliação com divulgação, no site da escola e agrupamento(s), dos resultados obtidos e das metas alcançadas.
- Disponibilizar ao Ministério da Educação todos os elementos por si solicitados para efeitos de acompanhamento e avaliação do presente contrato de autonomia.



Compromissos do Ministério da Educação

Pelo presente contrato, o Ministério da Educação compromete-se e obriga-se a:

- Tomar as decisões e medidas indispensáveis à viabilização e concretização do presente contrato, nos limites do aumento de encargos previstos na presente cláusula;
- Autorizar a contratação de tutores e técnicos especializados (alguns exemplos):
 - 1 tutor por cada 8 a 12 alunos,
 - 1 psicólogo, 1 técnico de desenvolvimento pessoal e 1 terapeuta da fala,
 - 1 animador sociocultural, 1 facilitador;
 - 1 coordenador ou gestor;
 - 1 coordenador por cada núcleo ou Pólo (quando necessário).
- Autorizar a gestão de um crédito global de 44 horas, além do já previsto no Despacho Normativo nº 13-A/2012, de 5 de junho, para o cumprimento dos objetivos do contrato de autonomia;
- Autorizar a conversão de crédito horário, na parte não utilizada ou no todo, em equivalente financeiro para investimento;
- Para efeitos da oferta própria de formação vocacional e profissional, canalizar para a escola 60% das poupanças decorrentes de racionalização e reorganização dos recursos, tendo em conta como referência o(s) agrupamento(s) parceiros-âncora, e a respetiva melhoria obtida no custo por aluno e o atual rácio aluno/professor;
- Assegurar a consulta e o apoio à Escola e Agrupamento(s) nas questões de índole jurídica;
- Participar na Comissão de Acompanhamento prevista no clausulado da proposta de contrato.



Duração do Contrato

- O presente contrato de autonomia vigorará no mínimo de 6 a 9 anos, de forma a que fique garantida a continuidade das aprendizagens;
- O presente contrato renova-se de 3 em 3 anos e de acordo com uma avaliação qualitativa da prestação de serviço da escola;
- O presente contrato pode ser revisto e alterado a todo o tempo, por acordo entre as partes, respeitado o requisito previsto na alínea a) do artigo 6º da Portaria nº 265/2012, de 30 de agosto

Acompanhamento e monitorização

A escola constitui uma estrutura permanente de acompanhamento e monitorização constituída por uma comissão com elementos da:

- Assembleia de Escola - aluno(s), tutor(es), pais e/ou encarregado(a)s de educação;
- Parceiros Estratégicos e os mediadores;
- Diretor(es) de Agrupamento(s) e/ou um elemento do conselho pedagógico do(s) agrupamento(s)
- Representante do Conselho Municipal de Educação, que não represente agrupamentos de escolas;.

Esta estrutura permanente, terá as seguintes competências:

- Monitorizar o cumprimento e a aplicação do presente contrato e acompanhar o desenvolvimento do processo;
- Monitorizar o processo de autoavaliação da escola;
- Produzir e divulgar o relatório anual de progresso;
- Constituir um meio de interlocução com os serviços competentes do Ministério da Educação, devidamente designado o respetivo representante.

A monitorização e avaliação será baseada em resultados das aprendizagens de estudantes, bem como por consulta à comunidade educativa.

A monitorização visa a recolha de propostas que contribuam para a melhoria da versão de trabalho do Projeto Educativo, tendo em conta critérios que se listam a seguir:

Critério 1- Nível de desempenho dos alunos

Indicadores quantitativos:

- Taxa de alunos envolvidos em projetos de âmbito social, cultural, ambiental
- Taxa de participação dos alunos em eventos extracurriculares.

Indicadores qualitativos:

- Qualidade da participação dos alunos
- Impacto dos projetos a nível local regional e internacional.

Critério 2: Qualidade do ensino

Indicadores quantitativos:

- Percentagem de tutores efetivos (na escola)
- Percentagem de tutores com capacidade pedagógica demonstrada.
- Rácio tutores/aluno: 1 para 8 (12 no máximo)
- Percentagem programas individuais com metodologias ativas face ao numero de estudantes com necessidades educativas especiais.

Indicadores qualitativos:

- Variedade de estratégias de aprendizagem
- Taxa de participação de tutores em eventos de impacto na comunidade local, regional e no estrangeiro.

Critério 3: Abrangência da oferta de atividades de enriquecimento curricular

Indicadores quantitativos:

- Variedade (numero e tema) dos programas desportivos, culturais, sociais, ambientais.
- Taxa de participação de estudantes nos diversos programas.

Indicadores qualitativos:

- Oportunidades de participação estudantil na organização/gestão da escola.





Critério 4: Aspectos de funcionamento

Indicadores quantitativos:

- Percentagem de entidades representadas na estrutura da escola face ao previsto
- Número de reuniões da estrutura de acompanhamento
- Número de reuniões da Assembleia de Escola
- Percentagem de participação das entidades nas reuniões
- data de submissão e valor total do orçamento para a implementação da Escola
- Percentagem de montante alocado face ao orçamentado
- Percentagem de execução do orçamento alocado
- Número de pedidos de informação/reclamações à implementação do projecto educativo recebidas, numero de pedidos de informação/reclamações respondidas/tratadas e numero de reclamações consideradas procedentes
- Número de alterações substanciais ao projecto educativo no ciclo de programação.

Indicadores qualitativos:

- Número de apreciações positivas por parte de estudantes e encarregados de educação.

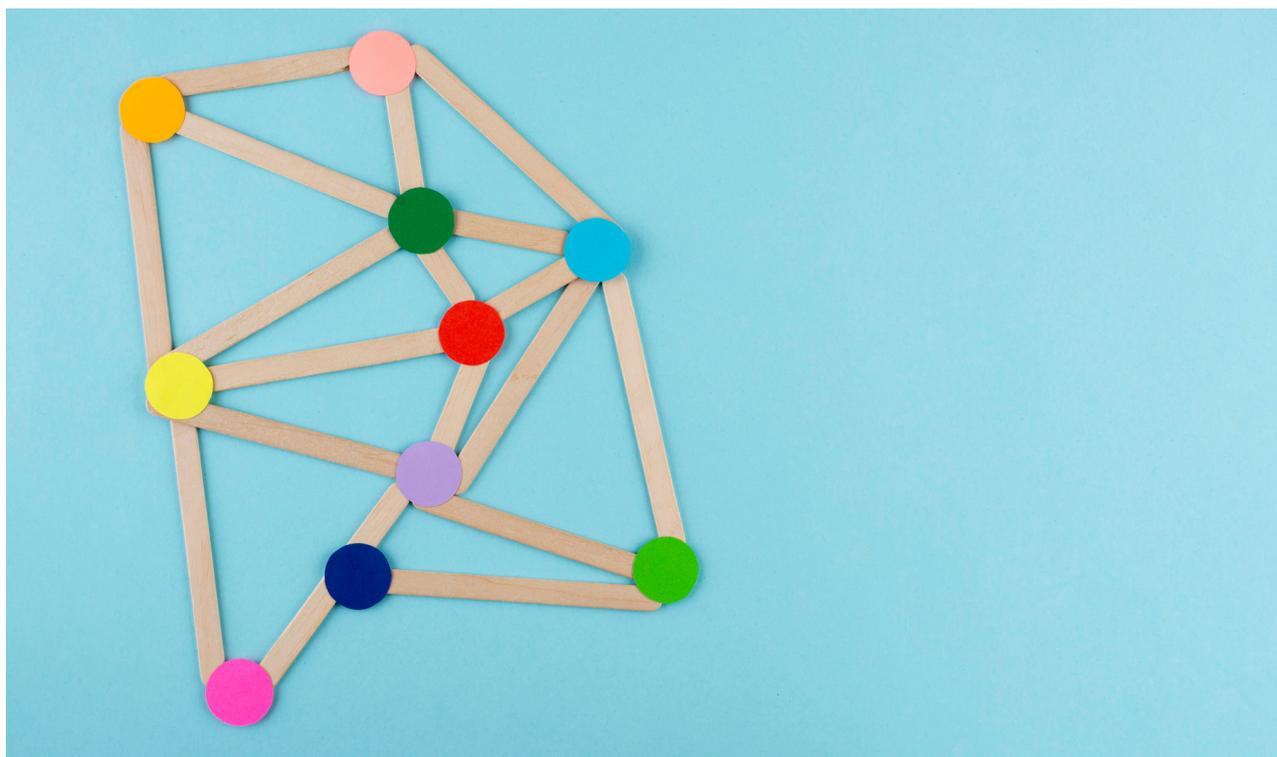
Critério 5: Comunicação

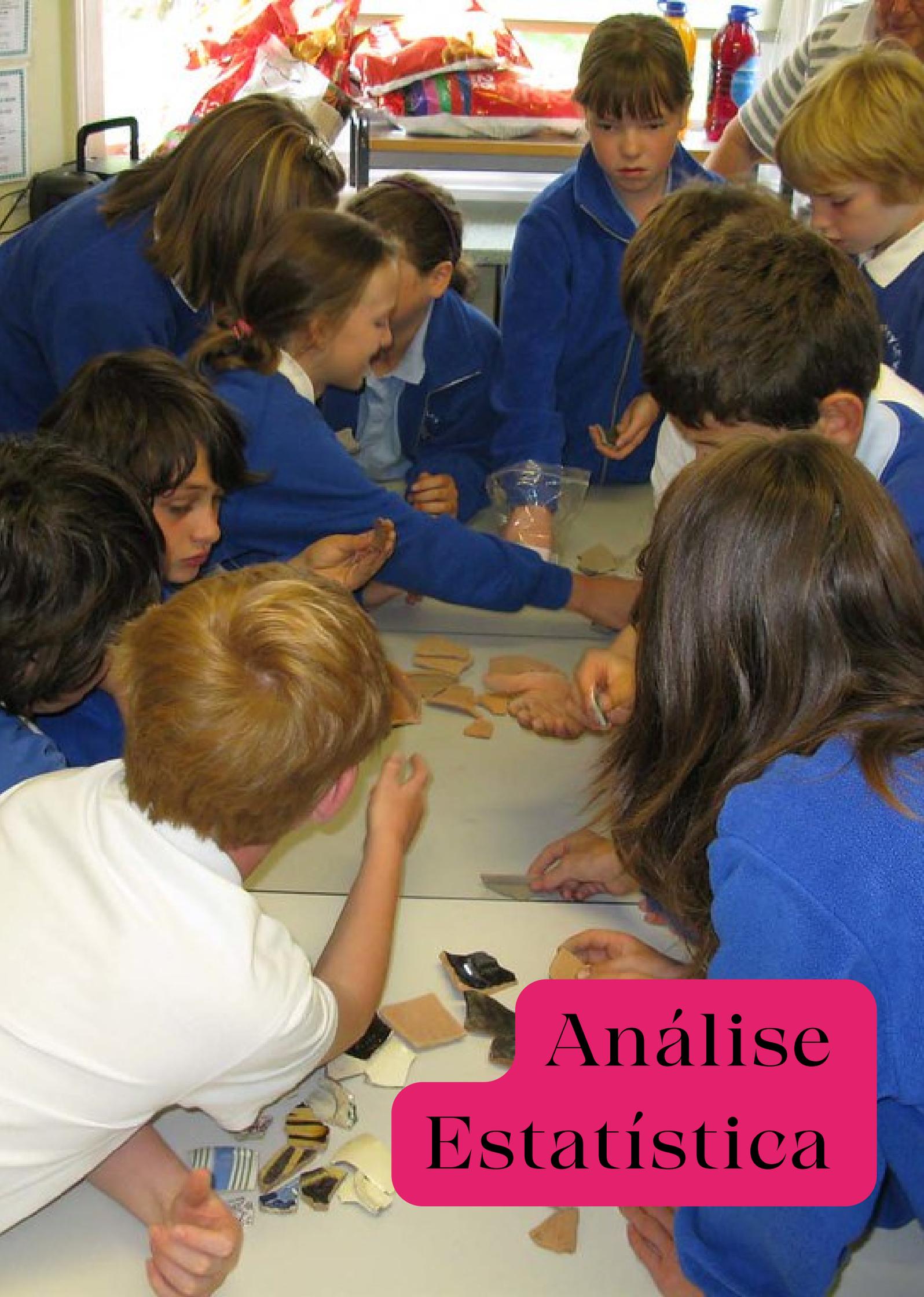
- Número de acções de informação a entidades municipais ou nacionais (e internacionais) relativamente à Escola-Piloto
- Número de acções de informação ao publico em geral relativamente à Escola-Piloto (por canal de comunicação)
- Número de eventos organizados por outras entidades em que a Escola-Piloto é convidada ou participa.

A recolha de informação para indicadores é realizada mensalmente, havendo trimestralmente uma Assembleia de Escola na qual os resultados são analisados e debatidos.

Anualmente, realizar-se-á um questionário a toda a comunidade educativa sobre vivência na Escola (aspectos positivos e negativos) e conhecimento das políticas e procedimentos, direitos e obrigações. Realiza-se anualmente uma sessão de trabalho alargada para análise dos resultados do inquerito e dos indicadores e produção de plano de melhorias. Com estes elementos será produzido um relatório anual de progresso, considerando os resultados da autoavaliação, a remeter para a comissão de acompanhamento e a divulgar publicamente em local facilmente consultável na página eletrónica da escola, de acordo com a Portaria n.º 265/2012.

A Avaliação externa incumbe à Inspeção-Geral de Educação e Ciência, no quadro das competências de avaliação externa das escolas que lhe estão legalmente atribuídas. De acordo com a referida portaria, "na avaliação do cumprimento do contrato, são especialmente considerados a evolução dos resultados escolares obtidos pelos alunos em avaliação externa, por via das ferramentas de avaliação descritas neste documento, a eficácia na gestão dos recursos atribuídos à escola, o conteúdo do relatório de progresso, bem como o parecer da comissão de acompanhamento" externa. Deste modo, previamente à avaliação externa, procede-se a uma avaliação interna usando um quadro de referência semelhante ao da avaliação externa utilizado pela Inspeção-Geral da Educação e Ciência. Desta avaliação interna fará ainda parte uma análise integral da evolução de indicadores e resultados de questionários, bem como dos instrumentos de monitorização e avaliação.





Análise Estatística

Manifestações de Interesse

Desde 27 de setembro de 2023 até à data da conclusão deste documento, 9 de março de 2024, muitos foram os encontros e reuniões. Para aferir o real interesse dos mais de 200 elementos que se foram juntando ao grupo de trabalho, em verdadeira comunidade, foi disponibilizado um questionário *online* (Google Forms), que ainda está aberto à submissão de respostas, a partir do qual se procurou/procura aferir o número de manifestações de interesse, por parte dos pais e/ou EE em inscrever os educandos na escola-piloto, e, em simultâneo, inventariar as idades das crianças e jovens; e um outro questionário *online* para aferir o número de manifestações de interesse para tutoria (tutores) e, paralelamente, a tipologia de profissões dos interessados. Aos dados que em seguida se disponibilizam, acrescentam-se outros que nos foram chegando de forma direta (ex.: via email, telemóvel).

Assim, até 9 de março foram muitas as manifestações de interesse - 178 manifestações de interesse de pais e/ou EE para inscrever os seus educandos numa escola-piloto com estas características e com a ambição, de iniciar já no próximo ano letivo, e 43 manifestações de interesse para tutores (professores), sendo que este último "formulário" só foi divulgado no final do ano, mas surgiram diariamente novas manifestações de interesse, à semelhança dos inquéritos para pais e/ou EE.

A seguir encontra-se a análise estatística a contar com dados até à data - 09.03.2024 (um mês depois da reunião com o Secretário de estado da Educação), com gráficos e respetiva apresentação e interpretação de dados.



Análise dos Dados

Os dados que aqui se apresentam resultam da recolha de manifestações de interesse tanto de pais e/ou encarregados de educação, como de tutores, que foram obtidas via formulário na *internet* e correio eletrónico, pela ARCA.27, no âmbito deste projeto de Escola-Piloto.

Em relação ao último instrumento de recolha de dados - correio eletrónico -, os interessados tiveram de aceder previamente aos documentos word das manifestações de interesse para pais e/ou EE e tutores, alojados numa pasta partilhada. Selecionados e preenchidos os documentos, estes foram enviados para o correio eletrónico do projeto, arca27.pt@gmail.com.

A divulgação deste projeto tem sido principalmente realizada via “passa-palavra”, bem como através do uso da aplicação de comunicação WhatsApp - grupo A.R.C.A.27 - O Futuro é Hoje -, e do sítio de internet www.arca27.pt, criado para o efeito.

As manifestações de interesse consideradas nesta análise foram obtidas entre o 3.º trimestre de 2023 e o último mês do 1.º trimestre de 2024 (3 de março).

Registaram-se 194 entradas de manifestações de pais e/ou EE, mas 16 foram desconsideradas, porque a) não estavam preenchidas (n=4) e b) estavam repetidas (n=12). Deste modo, para análise, foram consideradas 178 entradas (N=178).

Relativamente às manifestações de tutores, registaram-se 46 entradas, mas n=3 foram desconsideradas por estarem repetidas. Para análise, foram consideradas 43 manifestações de interesse para tutor (N=43) (Figura 5).

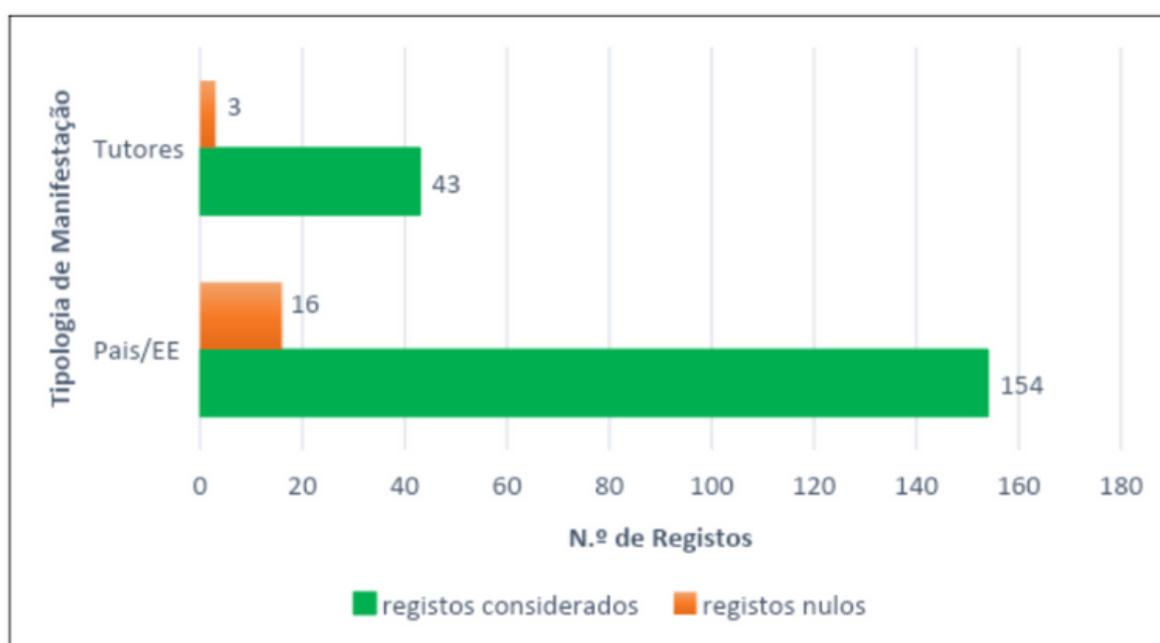


Figura 5. Manifestações de interesse de Pais/EE e Tutores.

As 178 manifestações de interesse de pais e/ou EE são sobretudo oriundas do distrito de Leiria, com predominância no município de Caldas da Rainha, concelho onde começou toda a dinâmica criada no seio do grupo ARCA.27, e que se foi depois alargando a outros concelhos do distrito de Leiria (Figura 6).

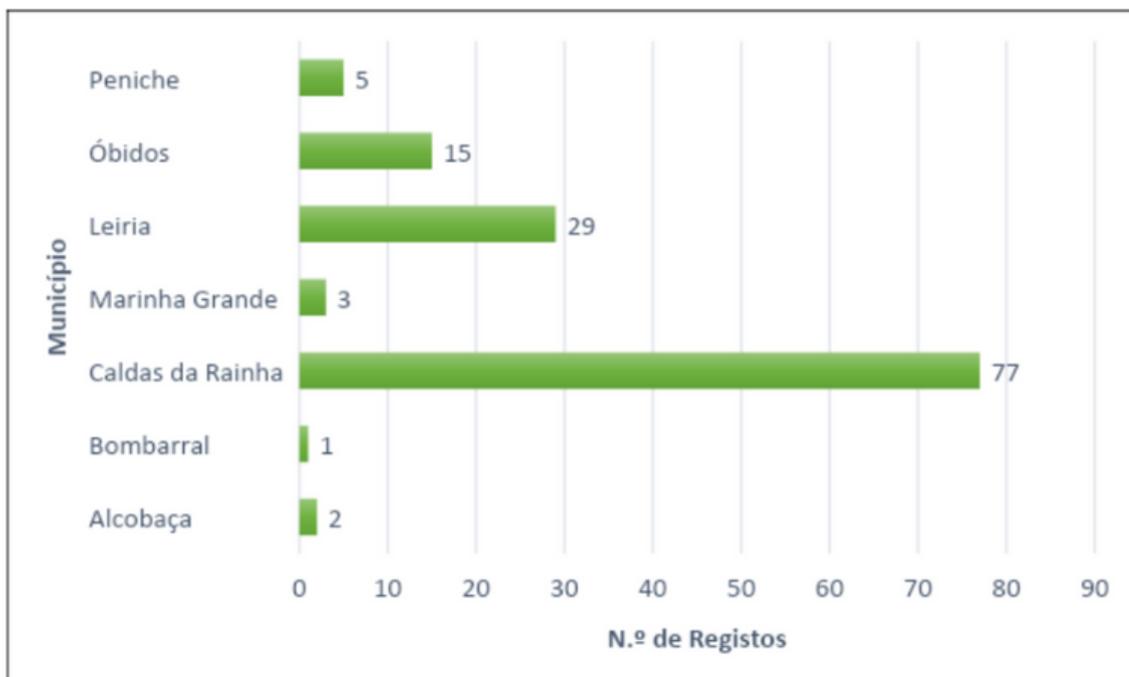


Figura 6. Manifestação de Pais/EE do distrito de Leiria (n=132).

No último mês, o “passa-a-palavra” levou a um novo alargamento territorial, havendo agora mais distritos interessados na rede de escolas-piloto, tais como os distritos de Lisboa, Santarém, Guarda e Viseu (Figura 7).

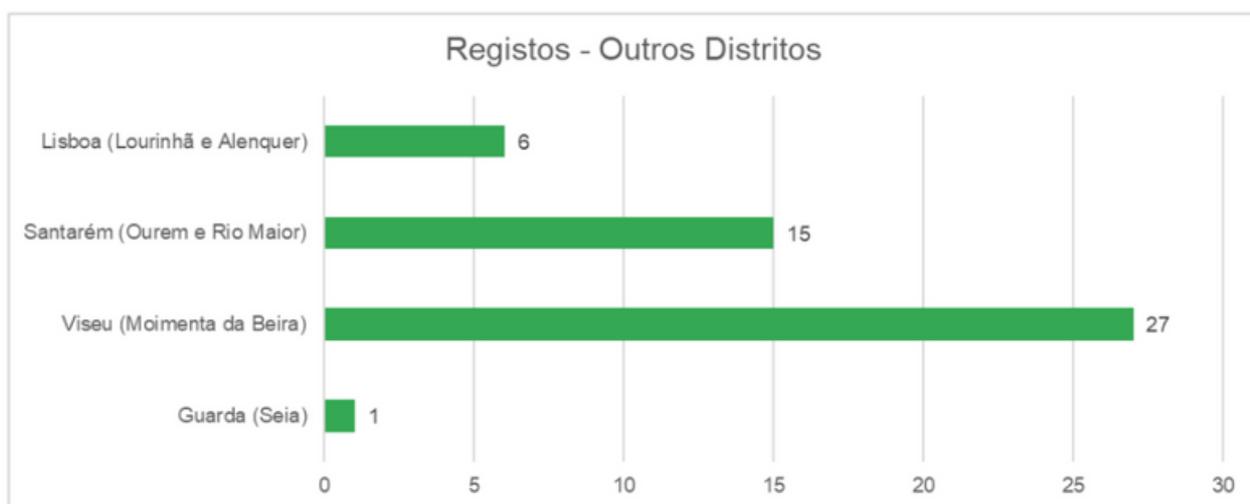


Figura 7 - Registos de Manifestações de Interesse de pais/EE de outros Distritos

As manifestações de interesse recebidas de pais e/ou EE consideradas válidas correspondem a um universo de 259 crianças/jovens - 206 são do distritos de Leiria e os restantes 53 distribuem-se pelos distritos da Guarda, Viseu, Lisboa e Santarém, encontrando-se em franco crescimento, de dia para dia (Figura 8).

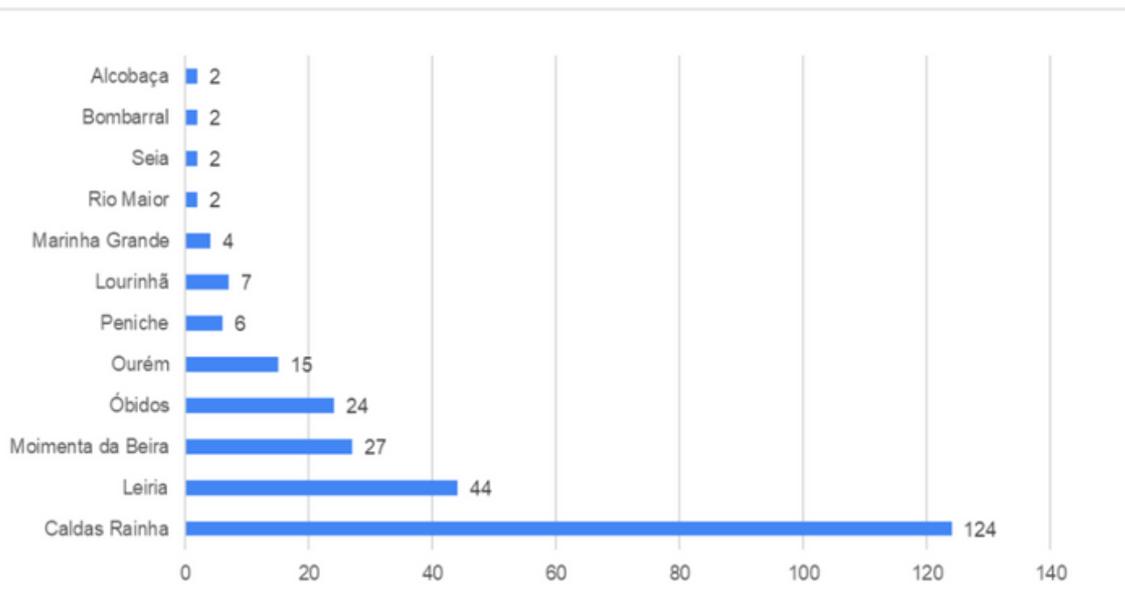


Figura 4. Número de crianças/jovens por concelho (n=259).

Focando a amostra correspondente ao distrito de Leiria (regiões intermunicipais Oeste e Leiria), pode-se concluir que as idades das crianças/jovens potenciais alunos são mais frequentes entre os 6 e os 10 anos (Figura 5). Verifica-se também interesse significativo de pais e/ou EE com educandos em idade pré-escolar ou com mais anos de escolaridade (até 14 anos de idade).

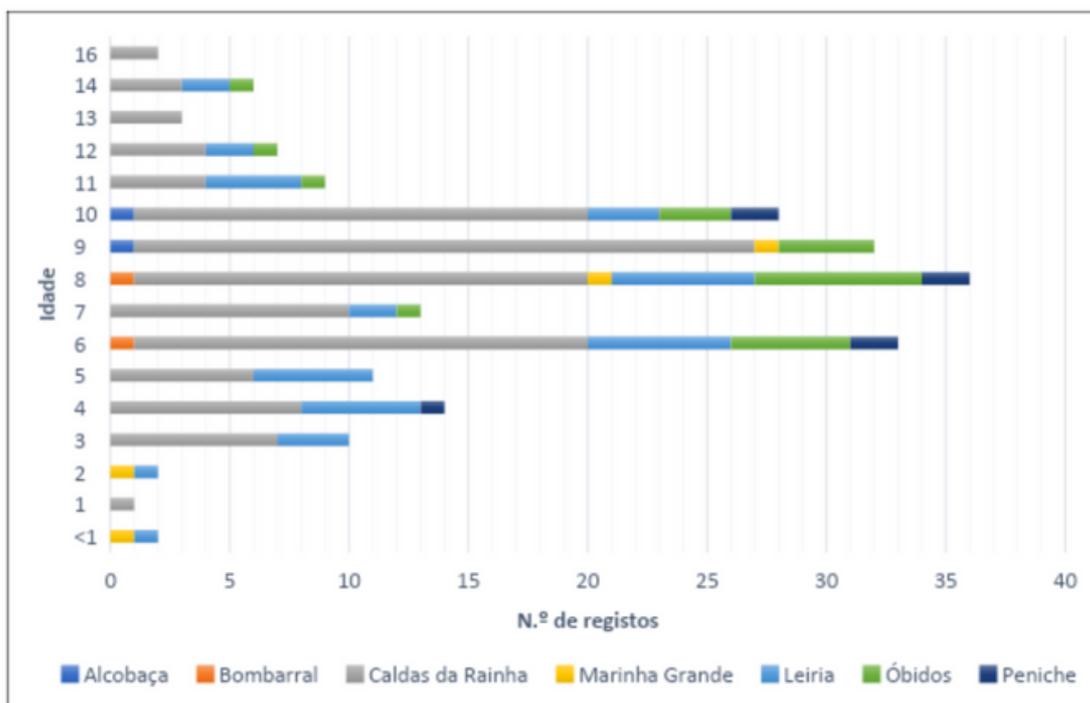


Figura 5. Faixa etária das crianças/jovens, no distrito de Leiria.

No que diz respeito à distribuição por distrito das manifestações de interesse para tutor (N=43), verificou-se que segue a mesma tendência dos pais e/ou EE e alunos. A maioria (86%) provém do distrito de Leiria, sobretudo de Caldas da Rainha (Figura 6). No entanto foram também recebidas manifestações de interesse dos distritos de Lisboa, Santarém, Porto, Viseu e Castelo Branco.

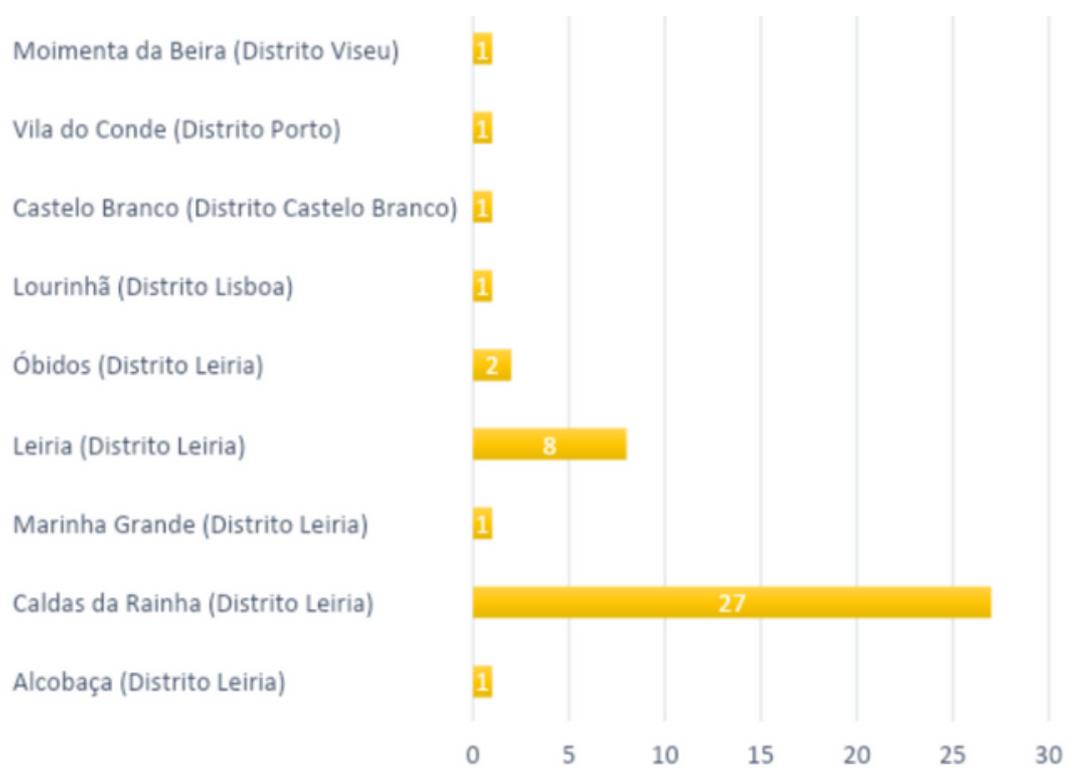


Figura 6. Manifestações de interesse para tutor (N=43)

Constata-se da análise que, considerando uma área de 30 km em torno das Caldas da Rainha e Óbidos, há um universo de 150 estudantes e 31 tutores. Concelhos onde o “movimento” dá início. Uma média de cinco alunos por tutor.

Este rácio tem grande folga, dado que o Despacho n.º 6147/2019, de 4 de julho estabelece que, mesmo para atividades de visitas de estudo, é necessário i) Um educador ou professor por cada dez crianças ou alunos da educação pré-escolar, 1.º ciclo do ensino básico; ii) Um professor por cada quinze alunos no caso dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário. Ou seja, o número de alunos pode duplicar, estando entre os 8 a 12 alunos por tutor. Assim o número de tutores que manifestaram interesse consegue dar resposta à procura, mesmo que esta cresça significativamente, algo que acontecerá certamente, pois, neste momento, temos novas “adesões” todos os dias, uma média de 3 novos alunos por dia. Sendo certo que metade dos tutores que “aderiram”, grande parte professores, podem dar já resposta à procura.



Conclusões

Pode-se concluir que estamos neste momento a trabalhar para um universo de cerca de 259 alunos, maioritariamente do distrito de Leiria, em especial dos concelhos de Caldas da Rainha e Óbidos.

No entanto, o aumento de interesse neste projeto - não só manifestado noutros concelhos do distrito, mas também em distritos vizinhos - levou ao seu alargamento, caminhando para se transformar num fenómeno nacional, pois o interesse está a alcançar concelhos de norte a sul do país, o que leva a concluir que existe uma grande vontade em criar uma escola-piloto em rede - mais uma das inovações do modelo que apresentamos.

Há que ressaltar que este projeto tem como base de proposta uma escola autónoma não agrupada, o que, contudo, evoluiu no sentido de incluir a oportunidade de uma escola autónoma agrupada, considerando assim o envolvimento dos agrupamentos de cada concelho e a adaptação a cada realidade.

Pela análise dos dados constata-se que, considerando uma área de 30 km em torno das Caldas da Rainha e Óbidos, há um universo de 150 estudantes e 31 tutores. Concelhos onde o "movimento" dá início. Uma média de cinco alunos por tutor. Se considerarmos apenas estes dados, é claro que é um rácio muito interessante para o modelo que se apresenta. O mesmo acontece noutros raios de 30km, mas que se encontram neste momento em análise, ou melhor, em desenvolvimento e monitorização.

Para o rácio apresentado para os primeiros 30km pode-se concluir que existe uma folga considerável, dado o que refere, por exemplo, o Despacho n.º 6147/2019, de 4 de julho que estabelece o número de alunos que podem sair das escolas em modo de visita de estudo, importante questão para um modelo de aprendizagem como o que se apresenta, onde a escola é o ponto de partida de um roteiro de aprendizagem, que se articula com e em vários espaços, dos parceiros do projeto.

O Despacho n.º 6147/2019, de 4 de julho estabelece: "i) Um educador ou professor por cada dez crianças ou alunos da educação pré-escolar, 1.º ciclo do ensino básico; ii) Um professor por cada quinze alunos no caso dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário. Ou seja, o número de alunos pode duplicar, estando entre os 8 a 12 alunos por tutor. Assim o número de tutores que manifestaram interesse consegue dar resposta à procura, mesmo que esta cresça significativamente, algo que acontecerá certamente, pois neste momento, temos novas "adesões" todos os dias, uma média de 3 novos alunos por dia. Sendo certo que metade dos tutores que "aderiram", grande parte professores podem dar já resposta à procura.

Assim, um projeto com estes dados e modelo apresentado já se pode assumir como uma nova construção social de aprendizagem, mas ele não pretende ser algo fora do modelo de ensino português, quer estar integrado, fazer a mudança por dentro, não de fora para dentro, fazê-lo com todos os agentes educativos.

São muitos os projetos, muitas as manifestações de interesse, muitas as vontades, incluindo as vontades políticas e administrativas, nomeadamente centrais.

As velhas certezas, que ainda hoje sustentam os currículos das escolas, estão desfasadas e, na verdade, não sabemos o que as vai substituir. Assim, como não era previsível para os alunos que entraram na escola em 1995 que existissem atualmente empresas com o tipo de funcionamento da Google, Snapchat ou o Skype, não podemos afirmar que realidades os estudantes que iniciam agora os seus percursos escolares encontrarão em 2030.

A tipologia de relações sociais e de comunicação, a sua construção e distribuição, a cultura política e a governança, o envolvimento cívico, a própria natureza do trabalho, tudo está a mudar mediante formas sobre as quais podemos apenas especular. Apesar disso, é possível afirmar, com toda a certeza, que as competências necessárias para abraçar a nova realidade social não são aquelas que atualmente a escola desenvolve.

Nada do que aqui é proposto é absolutamente novo, já que existem escolas em vários pontos do mundo (incluindo Portugal) que trabalham deste modo e apresentam importantes resultados, provando que este é o caminho. Só estamos a tentar rever o modelo e inovar no que ainda for possível, como por exemplo, fazer acontecer uma **escola-piloto em rede**, regional ou nacional.

O Projeto não se assume como uma revolução educativa, mas como o primeiro passo para a construção de uma importante comunidade de aprendizagem, integrada no sistema de educação público e em íntima ligação com a região que integra. Respeitamos o "Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória" e as "Aprendizagens Essenciais", através de um trabalho de apropriação curricular que enriquecerá estes documentos e os operacionalizará através de competências e objetivos de aprendizagem.

Partindo do exemplo amoroso da Rainha D. Leonor, responsável pelo Compromisso da Rainha, publicado em 1512, onde se definia que o Hospital Termal das Caldas da Rainha, por ela mandado construir, serviria para apoiar gratuitamente os pobres e desfavorecidos do reino, dando a todos o direito à saúde, da mesma forma garantimos, também a todos os que pretenderem incorporar-se a este Projeto, o direito, não só à educação, mas a uma educação de qualidade que prepare eficazmente as novas gerações para os desafios do presente e do futuro.



Bibliografia

- Aragay, X. (2015). *Transformando la educación, caderno 1*. Barcelona: Jesuítas Educação.
- Conselho Nacional de Educação (2023). *Referencial para a Inovação Pedagógica nas Escolas*. Disponível em https://www.cnedu.pt/content/noticias/CNE/Referencial_Inovacao_Pedagogica_siteCNE.pdf. Consultado em janeiro de 2024.
- Cosme, A. (2018). *Autonomia e Flexibilidade Curricular: Propostas e Estratégias de Ação*. Porto: Porto Editora.
- Cosme, A.; Lima, L., Ferreira, D.; Ferreira, N. (2021). *Metodologias, Métodos e Situações de Aprendizagem: Propostas Estratégias de Ação*. Porto: Porto Editora.
- Delors, J. (1996). *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Porto: Edições ASA.
- Driskell, R.; Lyon, L. (2002). *Are Virtual Communities True Communities? Examining the Environments and Elements of Community*. *City & Community* 1 (4), pp.373-390. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1111/1540-6040.00031>. Consultado em janeiro de 2024.
- Gonçalves, A. (2009). *O Sentido De Comunidade, O Suporte Social Percebido e a Satisfação com a Vida*. Tese de Mestrado Integrado em Psicologia. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Universidade de Lisboa.
- Harari, Y. (2018). *21 Lições para o Século XXI*. Amadora: Elsinore.
- Lyon, L.; Driskell, R. (2013). *The Community in Urban Society*. *Rural Society* 78 (1), pp.135-138. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/ruso.12005_2. Consultado em janeiro de 2024.
- Ministério da Educação (1986). *Decreto-Lei N.º 46/86, de 14 de novembro de 1986*. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/46-1986-222418>. Consultado em janeiro de 2024.
- Ministério da Educação (2008). *Decreto-Lei N.º 75/2008, de 22 de Abril de 2008*. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/75-2008-249866>. Consultado em janeiro de 2024.

- Ministério da Educação (2012). *Portaria n.º 265/2012, de 30 de agosto de 2012*. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/265-2012-174807>. Consultado em janeiro de 2024.
- Ministério da Educação (2012). *Despacho Normativo N.º 13-A/2012, de 5 de junho de 2012*. Disponível em https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Basico/Legislacao/dn_13a_2012_5_junho.pdf. Consultado em janeiro de 2024.
- Ministério da Educação (2012). *Decreto-Lei N.º 137/2012, de 2 de Julho de 2012*. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/137-2012-178527>. Consultado em janeiro de 2024.
- Ministério da Educação (2017). *Despacho N.º 6478/2017, de 26 de julho de 2017*. Disponível em https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf. Consultado em janeiro de 2024.
- Ministério da Educação (2018). *Aprendizagens Essenciais*. Disponível em <https://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-0>. Consultado em janeiro de 2024.
- Ministério da Educação (2018). *Despacho n.º 6944-A/2018, de 19 de julho de 2018*. Disponível em <https://dre.pt/application/file/a/115742277>. Consultado em janeiro de 2024.
- Ministério da Educação (2018). *Decreto-Lei N.º 54/2018, de 6 de julho de 2018*. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/54-2018-115652961>. Consultado em janeiro de 2024.
- Ministério da Educação (2018). *FAQ Decreto-Lei N.º 54/2018, de 6 de julho de 2018*. Disponível em https://dge.mec.pt/sites/default/files/EEspecial/faq_-_dl_54_-_versao_2_logo.pdf. Consultado em janeiro de 2024.
- Ministério da Educação (2018). *Apoio Tutorial Específico*. Disponível em <https://www.dge.mec.pt/apoio-tutorial-especifico>. Consultado em janeiro de 2024.
- Ministério da Educação (2018). *Decreto-Lei N.º 55/2018, de 6 de julho de 2018*. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/55-2018-115652962>. Consultado em janeiro de 2024.

- Morin, E. (2000). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Brasília, DF: Unesco.
- Organização das Nações Unidas (1959). *Declaração Universal dos Direitos da Criança*. Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas n.º 1386 (XIV), de 20 de Novembro de 1959. Disponível em https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Docs_referencia/declaracao_universal_direitos_crianca.pdf. Consultado em janeiro de 2024.
- Pacheco, J. (2020). *Comunidades de Aprendizagem do Distrito Federal*. Não Publicado.
- Pacheco, J. (2021). *Plano de Inovação. Sugestão de sequência de tarefas*. Não Publicado.
- Papert, S. (1980). *Mindstorms: children, computers, and powerful ideas*. New York: Basic Books.
- Papert, S. (1993). *A Máquina das Crianças. Repensando a Escola na Era da Informática*. São Paulo: Penso.
- Rangel, M.; Gonçalves, C. (2010). *A Metodologia de Trabalho de Projeto na nossa prática pedagógica*. Da investigação às Práticas, 1 (3), pp.21-43.
- Rosa, J.; Quaresma, A. (2018). *Projeto Ágora – Escola Do Parque. Uma nova construção social e educativa, para criar uma comunidade de aprendizagem*. Não publicado.
- Sant’Anna C.; Pacheco, J. (2018). *Projeto Político-Pedagógico Da Comunidade De Práticas Sustentáveis*. Não Publicado.
- Shulman, L. (1987). *Knowledge and teaching: Foundations of the New Reform*. Harvard Educational Review, 57 (1), pp.1-23. Disponível em <https://doi.org/10.17763/haer.57.1.j463w79r56455411>. Consultado em janeiro de 2024.
- Unesco (2022). *Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação*. Brasil: Fundação SM.



Glossário

Aprendizagens Essenciais (AE): As AE estão explícitas em documentos concebidos pelo Ministério da Educação, homologadas pelo Despacho n.º 6944-A/2018, de 19 de julho, e visam a “orientação curricular base na planificação, realização e avaliação do ensino e da aprendizagem, promovendo o desenvolvimento das áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. As AE são a base comum de referência para a aprendizagem de todos os alunos, isto é, o denominador curricular comum, nunca esgotando o que um aluno tem de aprender. Desta forma, constituem-se a par com o Perfil dos Alunos.

A componente do referencial curricular designada por Aprendizagens Essenciais expressa a tríade de elementos – conhecimentos, capacidades e atitudes – ao longo da progressão curricular, explicitando:

- o que os alunos devem saber (os conteúdos de conhecimento disciplinar estruturado, indispensáveis, articulados conceptualmente, relevantes e significativos);
- os processos cognitivos que devem ativar para adquirir esse conhecimento (operações/ações necessárias para aprender);
- o saber fazer a ele associado (mostrar que aprendeu), numa dada disciplina – na sua especificidade e na articulação horizontal entre os conhecimentos de várias disciplinas –, num dado ano de escolaridade.

Tudo isto integrado no ciclo respetivo e olhado na sua continuidade e articulação vertical, ao longo da escolaridade obrigatória.” (retirado do website da Direção-Geral da Educação <https://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-0>)

Comunidade de Aprendizagem (CA): Quando pensamos em “escola” surge-nos invariavelmente a imagem de um edifício, mas uma escola é muito mais do que isso, é uma construção em que todos os elementos e instituições, com potencial educativo da sociedade, interagem de forma íntima, no sentido de apoiar a construção de um conhecimento contextualizado, natural e significativo nos alunos (Rosa & Quaresma, 2018, pp.4-10). Segundo Pacheco, uma *“comunidade de aprendizagem é uma construção social formada por pessoas que habitam o mesmo território, físico ou virtual, que partilham valores, uma mesma visão de sociedade, partilham e produzem conhecimento, operando transformação social e melhorando a qualidade de vida em comum através de projetos locais de desenvolvimento sustentável”*. É um projeto que, tendo início na escola, expande-se para toda a comunidade. Neste modelo educativo predomina o diálogo, a participação e a solidariedade entre todos, trabalhando-se com aprendizagem recíproca e cooperativa. O objetivo passa também por ampliar a noção de sala de aula, assim como as possibilidades e funções educativas desse espaço, não se tratando necessariamente de um lugar entre quatro paredes, mas sim de um lugar aberto onde todos são importantes: alunos, famílias, educadores, instituições, entre outros.

Os três eixos orientadores das ações de uma comunidade de aprendizagem são a eficácia, investindo na melhoria dos resultados da aprendizagem dos alunos; a equidade, procurando que essa melhoria abranja todos as crianças e jovens; e a coesão social, pelo incentivo à melhoria das relações interpessoais e na participação de toda a comunidade.

Currículo(s): Considera-se currículo o conjunto de atitudes e competências que, ao longo do seu percurso escolar e de acordo com as suas potencialidades e interesses, os alunos devem adquirir e desenvolver. O conceito de currículo é amplamente definido como a totalidade das experiências dos alunos que ocorrem no seu processo educacional, sendo assim entendido numa dupla dimensão, conforme a sua exterioridade ou de realização, uma meta; o currículo interior ou subjetivo é um percurso (único) de desenvolvimento pessoal, um caminho, um trajeto. Só o currículo subjetivo (o conjunto de aquisições de cada aluno) está em condições de validar a pertinência do currículo objetivo.

Fundamentado nas AE, o currículo objetivo é o referencial de aprendizagens e realização pessoal que decorre do projeto. Não pode igualmente ser descurado o desenvolvimento afetivo e emocional dos alunos, ou ignorada a necessidade da educação de atitudes com referência ao quadro de valores subjacente a este projeto educativo.

Desenvolvimento Comunitário: Apesar de ser um conceito com várias versões, assinala-se o entendimento de desenvolvimento como a intenção de atingir melhores condições de vida (dimensão económica); uma maior humanização (dimensão social); uma nova relação com a envolvente, marcada pelo princípio da sustentabilidade (dimensão ambiental).

O Desenvolvimento Comunitário tem como ponto de partida o entendimento de que não há educação fora das sociedades humanas e que, por isso, a realidade circundante afeta diretamente a ação educativa. Os processos de desenvolvimento comunitário da Escola Piloto baseiam-se em princípios que promovem a valorização da pessoa enquanto potência transformadora do mundo, sendo impulsionadora de uma cidadania ativa.

Assim sendo, para promover uma cidadania ativa é preciso lançar o olhar para o contexto e cultura em que se está inserido. Para Carvalho (2021, p.125), a relação da humanidade com a natureza assumiu um carácter diferente de todas as outras espécies, pois o ser humano adquiriu capacidade para a transformar e criar cultura. Adotar a definição antropológica de cultura como sendo tudo aquilo que o homem acrescenta à natureza (Carvalho, 2021, p. 125), ou, ainda, como sendo as respostas dadas aos desafios que a natureza apresenta (Freire, 2021, p. 55), supõe assumir que o ser humano, porque é um sujeito de cultura, é também um sujeito criador. Cria quando responde aos desafios da natureza, quando lhe acrescenta (Freire, 2021, p. 59).

Assim, na Escola-Piloto, quando se fala em desenvolvimento comunitário, também se infere que este Projeto visa promover um sujeito enraizado na comunidade, com a capacidade de criar e transformar a realidade circundante. Um sujeito que é protagonista das ações transformadoras na sua comunidade (Freire, 2021).

Núcleos de Aprendizagem: Ao contrário do sistema de ensino português atual, que divide os alunos por idades, anos e ciclos, a estrutura de organização pedagógica da Escola Piloto baseia-se em núcleos de aprendizagem, que correspondem ao desenvolvimento pessoal, social e cognitivo das crianças e dos jovens, conforme o seu nível de autonomia.

De acordo com Rosa & Quaresma (2018, p.6), estes núcleos de aprendizagem constituem-se pedagogicamente a partir dos perfis dos alunos, relacionados com o desenvolvimento de competências essenciais previstas no PASEO, como a leitura, escrita, principais noções lógico-matemáticas e capacidade de autorregular a sua aprendizagem.

No mesmo núcleo podem estar integrados alunos com idades e competências distintas, dependendo do seu grau de autonomia.

Estes núcleos funcionam em espaços ou zonas de aprendizagem, que são locais preparados para o desenvolvimento de competências e que se podem localizar dentro ou fora da instituição. Segundo Rosa & Quaresma (2018, p.6) é importante que sejam áreas abertas de aprendizagem (em contraponto com as chamadas "salas de aula"), para promover a relação com o meio, criar vínculos com a comunidade, facilitar o trabalho colaborativo e cooperativo e fortalecer a ligação entre os alunos.



Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO): De acordo com o documento construído pelo ME, Homologado pelo Despacho n.º 6478/2017, o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO) concretiza uma medida de política educativa que visa a promoção da melhoria da qualidade da aprendizagem e o sucesso de todos os alunos no final dos 12 anos de escolaridade obrigatória, constituindo o enquadramento para a construção de um currículo para o século XXI. Considerado o documento de referência para a organização de todo o sistema educativo. (...) Tem como finalidade contribuir para a organização e gestão curriculares e, ainda, para a definição de estratégias, metodologias e procedimentos pedagógico-didáticos a utilizar na prática letiva.

O PASEO pretende assegurar a qualidade da educação inclusiva possibilitadora da aprendizagem ao longo da vida, envolvendo currículo e educação para a cidadania, de uma forma intencionalmente integrada. Este documento orientador visa assegurar que, independentemente das trajetórias escolares, todas as aprendizagens sejam norteadas por Princípios, Visão, Valores e Áreas de Competências comuns. Neste sentido, estabelece «uma visão de escola, constituindo-se para a sociedade em geral como um referencial que enuncia os princípios fundamentais em que assenta numa educação de qualidade». (retirado do website da Direção-Geral da Educação <https://www.dge.mec.pt/perfil-dos-alunos>)

Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular (PAFC): O DL 55/2018, estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário, os princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens, de modo a garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. (retirado do website da Direção-Geral da Educação <https://www.dge.mec.pt/curriculo-nacional>)

Metodologia de Trabalho de Projeto: Os projetos são construídos a partir de interesses, sonhos ou desejos da criança ou jovem. Para desenvolver o seu projeto, o aluno faz um registo do que quer, do que já conhece, do que precisa conhecer, dos recursos necessários, de quem poderá ajudá-lo, e de como avaliar os resultados e partilhar as descobertas. O mundo à sua volta serve para aquisição de saberes e desenvolvimento de competências essenciais.

De acordo com o Referencial para a Inovação Pedagógica nas Escolas (CNE, 2023, p.7), *“as iniciativas de inovação poderão integrar-se em projetos mais vastos (de amplitude local, regional, nacional ou internacional), favorecendo-se a criação de redes de colaboração”*, confirmando que a metodologia de trabalho de projeto favorece a ideia de comunidade, reforçando os laços que a constituem.



**Carta dos Pais
e/ou EE**

Carta dos Pais e/ou Encarregados de Educação

Na procura por autonomia e independência, conceitos tão valorizados nas últimas décadas na Europa, a maioria perdeu a sua comunidade. As famílias separaram-se, porque obrigadas a dar resposta a todas as exigências que este modelo social traz. Os vizinhos são desconhecidos, o brincar na rua do bairro deixou de ser uma zona segura assumindo-se, com isto, o sair à rua como um acto iminente de solitude e risco.

O complexo de superioridade gerou competição, impedindo que se peça ajuda, dado que será isso sinónimo de inferioridade. E o acto de ajudar tornou-se escasso, porque escasso é o território conhecido. Este afastamento gera falta de conexão e deixa surgir um vazio a preencher. O sentimento de pertença desvanece-se num momento em que a dissolução de fronteiras nos abre ao mundo. Somos de todo o lado, e na verdade não pertencemos a nenhum.

A necessidade do momento é sentirmo-nos ouvidos, reconhecidos e vistos, como se disso dependesse a aceitação e validação do EU na comunidade.

É urgente integrar, acolher, pertencer e, sob essas premissas, criar espaços seguros de crescimento e aprendizagem para as nossas crianças. Espaços onde se sintam aceites e onde, seguras de si mesmas, se permitam SONHAR e viver através desse sonho!

A Escola-Piloto, pretende ser esse lugar seguro. Um lugar de encontro de várias gentes, vontades e conhecimento. Um lugar de partilha de sonhos, saberes, experiências, mas também medos, anseios e dificuldades. Um local onde vivemos em COCRESCIMENTO, e de onde, alavancando esse propósito, nos expandimos para a comunidade que nos rodeia.

Na Escola Piloto, todos somos professores mas também alunos. Todos temos algo para dar, mas também para receber.

Somos movidos na estratégia de COCRIAÇÃO que se assume neste projeto como o ponto de partida, não apenas para a sua implementação, mas como propósito e MATRIZ condutora.

E, neste sentido, por COCRIAÇÃO entendemos que uma comunidade deverá viver e desenvolver-se com sentido de PARTILHA, de espírito de INTERAJUDA, ACOLHIMENTO, TOLERÂNCIA, RESPEITO, AMOR... De pensar em conjunto, ambicionando uma vida de ABUNDÂNCIA coletiva. É sob esta premissa que construímos este projeto, bem como todo o propósito que o move, nas suas diferentes vertentes: planos curriculares, pedagógicos, consultivos, valores, organização, gestão e outros.

Um lugar onde o conceito de autonomia anda de mãos dadas com o autoconhecimento e a capacidade de me conhecer a mim mesmo, traduzindo-se no que poderei e conseguirei fazer. No que o contexto e a comunidade onde pertenço me podem suportar, e no eu poderei com isso contribuir e fazer valer tudo o que desenvolvo.

Uma escola inclusiva, pela integração de todos, pela integração das diferenças, pelo acolhimento do IMPOSSÍVEL, sem medo de se tornar possível, sem medo de ERRAR ao ARRISCAR!

Cada criança crescerá orientada pelo que sonha! E, dentro da comunidade que a ajuda e acompanha nesse crescimento e conquista, a criança deixará um pouco de si.

